

REVISTA DA CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

CONGREGAVIT NOS IN UNUM CHRISTI AMOR

| | |
|---|-----|
| Sugestões para a formação nos Seminários Maiores <i>Discurso de S. S. Pio XII aos Reitores de Seminários Maiores da América Latina — 24-9-58</i> | 65 |
| Missão da Escola Cristã no mundo moderno <i>Discurso de S. S. Pio XII aos participantes da 3a. Reunião do O. I. E. C. — 14-9-58</i> | 70 |
| Óração pelas Santas Missões <i>Composta pelo Santo Padre Pio XII</i> | 74 |
| Diretrizes e Bases da Educação <i>Pe. Irineu Leopoldino de Souza SDB</i> | 75 |
| Como organizar uma paróquia? <i>Pe. Leão Douwen CSSR</i> | 90 |
| Preparação das Santas Missões <i>Pe. Astério Pascoal C. M.</i> | 96 |
| Assistência ao Litoral de Anchieta <i>Madre Jeanne CRSA</i> | 105 |
| Estranha idéia <i>Pe. Irineu Leopoldino de Souza SDB</i> | 115 |
| Os Religiosos e as dívidas <i>Pe. Astério Campos SDB</i> | 117 |
| C r ô n i c a | |
| <i>Formação de Catequistas no Rio de Janeiro</i> | 121 |
| <i>A Conferência do Episcopado da América Latina</i> | 125 |
| Bibliografia | 126 |

COM APROVAÇÃO ECLESIASTICA

Propriedade da Conferência dos Religiosos do Brasil
Av. Rio Branco, 131 - 9.º andar — Rio de Janeiro — Brasil
Diretor Responsável: Pe. Irineu Leopoldino de Souza S. D. B.

SUGESTÕES DO SANTO PADRE PARA A FORMAÇÃO NOS SEMINÁRIOS MAIORES

Discurso de S. S. Pio XII f.m. aos Reitores dos Seminários Maiores da América Latina reunidos em Roma — 21 de setembro de 1958(*)

Se todos e cada um de Nossos filhos que desde os mais remotos rincões do mundo chegam a esta Casa do Pai comum são sempre por Nós recebidos com interesse e com amor, que poderíamos dizer ao vcr-vos aqui, vós Reitores de Seminários Maiores da América Latina e filhos caríssimos, em cujas mãos o Senhor pôs uma tarefa tão transcendental que bem poderíamos catalogá-la entre as mais importantes que a Igreja pode confiar, no vosso mundo peculiar e no momento presente?

A América Latina, êsse formidável bloco católico, que o zêlo missionário das duas grandes Mães Ibéricas soube edificar para tanta honra sua e proveito da Igreja, pelas suas dimensões, pela sua população, pela robustez de sua fé e pelo porvir esplêndido que lhe está reservado, representa hoje, em todos os planos, mas especialmente no plano religioso, uma das maiores esperanças do amanhã. Mas a ninguém se ocultam, tampouco, as críticas circunstâncias que ela atravessa ao dever adaptar-se a formas novas de vida, e precisamente no instante em que uma crise de desenvolvimento pode ter talvez debilitado alguns dos seus órgãos vitais, enquanto que as forças do mal, capacitando-se do seu valor, procuram em tôda parte assaltá-la, para fazer nela prêsã segura.

Nesta conjuntura histórica, uma das maiores urgências está em prover aquêles bons católicos, Nossos filhos, de um clero proporcionado ao número e devidamente preparado quanto à sua formação, mormente espiritual.

Pois é êste o labor que vos confiou a Igreja. Compreendeis agora com que afeto especialíssimo desejamos receber-vos, e com que paternal desejo quereríamos comunicar-vos as Nossas ansiedades no que se refere à formação dos jovens candidatos ao sacerdócio a vós confiados pela Divina Providência.

Aquilo a que poderíamos chamar problemas técnicos de vosso trabalho, já o vimos incluído no vosso programa. Mas o que a Igreja sente

*) "L'Oss. Rom.", set., 1958.

sôbre os Seminários, e especialmente sôbre os Seminários Maiores, onde tôdas as recomendações podem considerar-se como duplicadas pela iminência das Sagradas Ordens, isso vós o conheceis perfeitamente, por muitos documentos e, em especial, por aquêle em que o Nosso insigne Predecessor, de santa memória, recomendava aos Prelados êsses centros, para que os tivessem como a pupila dos seus olhos, como objeto principal dos seus cuidados(1). E Nós mesmo não deixamos de manifestar o Nosso pensamento, qualificando-os como coisa "summi momenti summaeque gravitatis"(2), encarecendo a necessidade de multiplicá-los em proporção às necessidades(3), e até louvando-os privada e públicamente quando Nos pareceu justo e oportuno(4).

Por isso, nesta reunião, que quiséramos revestisse caráter o mais íntimo e cordial, abrindo-vos o Nosso coração, como um Pai que deseja comunicar a seus filhos as suas preocupações e ansiedades, preferimos reduzir-Nos a propor-vos três simples sugestões.

I — A escassez de vocações

E a primeira coisa que Nos vem à mente é o problema urgentíssimo da escassez de vocações. Verdade é que se nota em tôda parte uma melhoria sensível; mas, no momento presente, filhos amadíssimos, de que modo a boa formação atual dos vossos futuros sacerdotes poderá influir amanhã no remedeio desta necessidade? Ocorre-Nos que de três maneiras:

a) Não devem as vocações imaginar-se como sendo um futuro casual ou esporádico, nascidas não se sabe como, e até, talvez, em ambiente contrário e hostil. Poderá suceder que alguma vez assim seja, porque o poder da graça divina não conhece limites. Mas o comum, o normal, será que as vocações surjam em ambientes bem cultivados e devidamente preparados; o habitual será que a vocação venha como o fruto último de uma sincera e profunda vida de piedade.

Geralmente falando, os vossos sacerdotes conseguirão, no dia de amanhã, tanto mais vocações entre os seus fiéis quanto melhor souberem conduzir tôda sua vida apostólica, quanto mais profundamente conseguirem cultivar as almas, quanto mais realmente lhes inspirarem e lhes inculcarem uma verdadeira vida de piedade. Preparando-se agora para assim fazerem o seu apostolado, já se estarão preparando para obter vocações.

b) Mas às vêzes há nas vocações algo que não pode deixar de

1) Cf. Pio XI, Encíclica "Ad Catholici Sacerdotii", 20 de dezembro de 1935, III, A.A.S., XXVIII (1936), p. 37.

2) Enst. Apost. ad Bolivice Episcopos "Haud mediocrem", 23 de nov. de 1941, A.A.S., XXXIX (1947), pp. 285-289.

3) Enst. Apost. "Volvidos cinco años" ad Episcopos Brasílicae, 23 de abril de 1947, A.A.S., XXXIX (1947), pp. 285-289.

4) Cf. e.g. sôbre o Seminário Interdiocesano do Salvador, "Discursos e Radiomensagens, vol. IV, p. 291.

ser levado em conta: e é que, não raramente, ante os olhos inocentes da criança, se apresentará como que um desejo ardente de imitar e de seguir o exemplo de vida perfeita que ela vê em alguma das pessoas que tem diante de si, a qual para ela resume em concreto, uma série de ideais apenas percebidos. Os vossos sacerdotes deveriam ser amanhã exemplos vivos que arrastassem os espíritos ao desejo da perfeição, que lhes mostrassem praticamente a atraente beleza da santidade, e que, numa palavra, pudessem ser personificação de uma felicidade: a felicidade de tudo oferecer por amor de Deus e das almas, felicidade que é a maior que neste pobre mundo pode haver.

c) Por fim, não se deve esquecer que as vocações são uma graça do céu, que poderá requerer depois a cooperação humana, mas que, por si mesma, esta terra seca e árdua, que é o coração do homem, nunca dará sem ser antes fecundada pelo orvalho da graça do alto. É uma graça, e as graças se conseguem por meio da oração e do sacrifício. Fazei os vossos futuros sacerdotes sobretudo homens de sacrifício e de oração, e serão eles que, com a sua mortificação e com a sua prece, obterão finalmente que as vocações, na amadíssima América Latina, floresçam com a abundância necessária e desejada.

II — A preocupação social

Sacerdotes apostólicos, exemplares, sacrificados; porém ministros do Senhor que vivem no meio do seu povo, que compreendem as necessidades deste, que lhe sentem as dores, especialmente as daqueles que mais têm de sofrer, não só para se compadecerem deles, mas também para procurar aliviá-los. Sacerdotes penetrados disso a que hoje costuma chamar-se preocupação social, tão saliente nas novas gerações sacerdotais, a qual Nós sabemos perfeitamente compreender, e que desejaríamos não faltasse nos vossos sacerdotes, embora também quiséssemos vê-la sempre perfeitamente enquadrada, evitando três defeitos:

a) O primeiro seria permitir que uma tal preocupação ocupasse o lugar de honra na vida do Sacerdote de Cristo, que foi chamado e escolhido de entre os seus irmãos para levar às almas a palavra e a graça de Deus, e para levar a Deus as almas que de Deus são. Os representantes d'Aquêle que fôra enviado para "evangelizare pauperibus" (5), e que pôde dizer "Misereor super turbam" (6), nunca permanecerão insensíveis ante qualquer dor; mas, também, ordinariamente não se deslocarão do seu púlpito, do seu confessionário e do seu altar, para ocuparem tribunas ou cargos que lhes não correspondem. O sacerdote será sempre sacerdote, porque recebeu um caráter espiritual e indelével que deve refletir-se em todos os momentos de sua vida e em todas as suas atuações.

b) Nem se deve crer por isso que a sua atuação em favor de seus irmãos há de ser menos eficiente. Mantendo-se dentro do seu campo,

5) Lc 4, 18.

6) Mc 8, 2.

pregando e difundindo a fraternidade cristã e a autêntica caridade, repelindo o espírito de discórdia e exortando à compreensão, lembrando a todos os seus próprios deveres e defendendo os direitos de todos; êle conservará a Igreja, que êle representa, afastada das questões puramente temporais, para poder exercer sempre com independência a sua altíssima missão. Porque, na realidade, tôdas as demais soluções do problema social, se não partem dêstes princípios, carecem de base, e a experiência mostra em que excessos e em que erros redundam.

c) Por fim, procurando estar ao corrente de tudo o que justamente se chama progresso nesta espécie de estudos, não deverá o sacerdote esquecer-se de que o primeiro de todos os códigos sociais é o Evangelho, onde a Igreja de Cristo, bebendo como em manancial inesgotável, tem podido encontrar todos os elementos indispensáveis para a elaboração de uma doutrina perfeita e completa. Inculcai-a, nos vossos Seminários, aos jovens levitas, fazei-lhes entender retamente, e repeti-lhes uma e muitas vêzes que êles não têm necessidade de recorrer a outras fontes mais ou menos turvas, mais ou menos perigosas para a sua própria saúde espiritual e para a dos que dêles devem aprender a trilha segura.

III — A submissão aos legítimos pastores

E seja esta precisamente a Nossa terceira sugestão, queremos dizer a necessidade de que, ouvindo-vos e seguindo-vos dócilmente, aprendam a seguir amanhã com a mesma submissão filial a voz dos seus legítimos Pastores.

a) Porque, com efeito, os nossos tempos têm trazido, sem dúvida nenhuma, e por muitas razões que não é aqui o caso de examinar, uma verdadeira reivindicação e exaltação do valor e dos direitos da pessoa humana, em todos os seus aspectos. Ninguém, pois, poderia estranhar que também as juventudes sacerdotais sentissem os efeitos dessa evolução, conquanto bem lamentável seria que êsses efeitos houvessem de manifestar-se ou numa tendência excessiva para a própria independência, ou numa facilidade maior para julgar as resoluções dos superiores, ou numa dificuldade especial para submeter o juízo próprio.

b) Vós outros, filhos amadíssimos, se fôr o caso, lembrar-lhes-eis oportunamente que o Doutor Angélico⁽⁷⁾, ao perguntar-se se a obediência é a maior de tôdas as virtudes morais, responde que "por se loquendo, laudabilior est obedientiae virtus, quae propter Deum contemnit voluntatem, quam aliae virtutes morales quae propter Deum aliqua alia bona contemunt", chegando a sustentar que "quaccumque alia virtutum opera ex hoc meritoria sunt apud Deum, quo fiunt ut obediatur voluntati divinae".

c) Tenham êles presente que, hoje mais do que nunca, precisamente porque a Santa Madre Igreja está travando uma das mais duras batalhas, é necessária a estreita união de todos os seus membros; e

7) S. Th. 2a. 2ae, p. c. 104 ad 3 in a.

necessária a mais rigorosa unidade de ação e de mútuo amparo. E isto só se poderá obter quando os fiéis souberem agrupar-se, qual rebanho fiel, em torno daqueles que o Espírito Santo colocou para regerem a Igreja de Deus, formando todos êles um corpo inexpugnável, cuja cabeça, também por divina disposição, é o Vigário de Cristo na terra.



Filhos amadíssimos! Vindes daquele continente maravilhoso dos vulcões fumegantes, das planuras interminas, dos bosques frondosos e dos rios como mares, onde parece que se reflete a grandeza de Deus. Mas, apesar de tôdas as suas maravilhas e belezas, Nós o admiramos ainda mais pela sua fé inquebrantável, pela sua intensa devoção ao nosso amantíssimo Redentor e a sua Santíssima Mãe, e pela sua tradicional adesão a esta Sé de Pedro, onde sempre tem encontrado a maior correspondência. Quase ousaríamos dizer que nas vossas mãos está o futuro cristão dêle, porque os povos são o que são os seus sacerdotes, e êsses sacerdotes vós é que haveis de lhes dar nos vossos Seminários.

Recompense o Senhor as vossas fadigas. Dê-vos a luz necessária para acertardes sempre nos vossos empreendimentos e decisões. E premie também todos os que, de um modo ou de outro, vos ajudam na manutenção dos vossos centros, tão custosos nestes tempos em que as exigências pedagógicas são, igualmente, cada vez maiores. Nada disto ignoramos e, precisamente por isso, cada vez mais estimamos o vosso labor.

Uma bênção para os vossos Seminários e Seminaristas, para vós e para tôdas as vossas intenções sacerdotais. Uma Bênção especialíssima para os caríssimos Colégios Pio Latino-Americano e Pio-Brasileiro, para os quais invocamos os mais abundantes favores do céu.

MISSÃO DA ESCOLA CRISTÃ NO MUNDO MODERNO

Discurso de S. S. Pio XII de f.r. aos participantes da 3.a Reunião do "Office International de l'Enseignement Catholique" (O I E C) — 14 de Setembro de 1958(1)

A terceira Assembléia Geral do Centro Internacional do Ensino Católico que vos reuniu em Roma, queridos filhos, Nos dá o ensejo de conceder-vos esta audiência por vós pedida com insistência. E' com muito prazer que correspondemos ao vosso desejo e que apoiamos com nossas exortações os esforços que despendestes primeiramente para fundar, e depois para desenvolver vosso Centro.

Os católicos de hoje, mais ainda que os de ontem, dão aos problemas do ensino uma importância considerável. Em todos os países onde a fé está enraizada, surgem rapidamente escolas de todos os graus, jardins de infância, escolas primárias, colégios secundários, faculdades universitárias, abrangendo todos os ramos do saber. Preocupados em formar do melhor modo possível uma elite e de favorecer o desabrochar de uma cultura cristã, as autoridades eclesásticas, auxiliadas pela dedicação admirável de professôres leigos e pelo apôio financeiro do povo cristão, tudo põem em obra para que os jovens batizados recebam, nos institutos cristãos, a formação religiosa e intelectual que lhes é necessária. Entretanto, muitas vêzes o esforços são feitos em ordem dispersa, conforme as necessidades do momento e os impulsos de iniciativas generosas, em que um estudo racional da situação tenha determinado mais exatamente as condições, nas quais êsses esforços produziriam os melhores frutos; dondo resulta uma perda evidente de energias e uma menor eficácia de apostolado.

Atualmente, vemos se multiplicarem as relações internacionais e as organizações públicas e privadas se ocupam de atividades culturais e educativas em o plano mundial. A escola católica, pois, deve igualmente afirmar seu próprio valor, adaptar-se às exigências da formação do cristão no mundo moderno, defender-se contra os ataques dos quais é objeto em muitas regiões. Dêsse modo se explica a criação de uma organização que se propõe, como o declaram vossos estatutos (art.3), "afirmar no

1) AAS, L(1958), 696-700.

plano internacional o papel do ensino organizado sob a égide da Igreja". AS UNIVERSIDADES, OS ESTUDANTES, OS INTELLECTUAIS, OS PROFESSORES CATÓLICOS tem já a possibilidade de tratar em seus respectivos grupos as questões que lhes dizem mais respeito. Mas é preciso ainda representar o ensino católico em seu conjunto e valorizar seu ponto de vista junto às organizações internacionais governamentais e não governamentais. Foi com esta ideia que em novembro de 1950, em Haia, se reuniram pela primeira vez as pessoas representativas do ensino católico de 6 nações. Depois que a hierarquia eclesial dos países interessados deu sua aprovação ao primeiro projeto, a assembleia constitutiva do Centro se reuniu em Lucerna em setembro de 1952 e redigiu os estatutos. Desde então o número dos que aderiram aumentou constantemente.

Apesar de limitado em sua ação pela insuficiência de seus recursos, o Centro já realizou, depois de sua fundação, um trabalho importante; em particular assegurou sua representação nas várias organizações internacionais, a redação de numerosos relatórios, estudos e artigos, a constituição de uma extensa documentação sobre a situação escolar dos vários países e a resposta aos freqüentes pedidos de informações. Atualmente vós concentraís vossa atenção sobre os projetos da UNESCO relativos ao ensino primário na América Latina, à apreciação mútua dos valores culturais do Oriente e do Ocidente, e prestais vossa colaboração à organização do ensino católico na África.

Vosso atual Congresso trata de um assunto muito amplo: "a natureza e o papel da escola católica e sua presença nas realidades do mundo moderno". Fazendo isso, realizais um dos pontos importantes de vossos estatutos, aquele que examina "o estudo dos princípios que formam a base da instrução e da educação cristã da juventude, assim como os problemas que sua aplicação apresenta" (art. 4.º). Os problemas de ordem pedagógica e os da escola em geral adquiriram nestes últimos anos realce muito acentuado: problemas do crescimento considerável dos efetivos escolares, do prolongamento do ciclo escolar, que respondem às necessidades da ciência e da indústria moderna em pessoal qualificado, como também os problemas mais delicados provenientes de uma extensão rápida dos meios de cultura e do próprio conteúdo da mesma. Daqui se nota mais a oportunidade de um inquérito aprofundado sobre a situação da escola católica no mundo moderno e sobre o modo em que ela se adapta ao ritmo acelerado de sua evolução. Aliás, o clima político não pode deixar de influenciar amplamente as orientações a serem tomadas: conflito de ideias e de sistemas políticos, constituição de nações em blocos opostos, apelo das regiões subdesenvolvidas, utilização comum das novas fontes de energia. A solução justa destas questões tremendas não poderá vir que duma elite de ideias claras e de coração grande, que os saberá considerar com toda a competência conveniente, e ainda mais com a intuição dos imperativos essenciais da consciência humana. A escola católica pretende colocar seus discípulos diante de todas as suas responsabilidades, e contribui por esse meio para fazer prevalecer no mundo os princípios fundamentais dum equilíbrio harmonioso entre os indivíduos

e as nações.

Para que êle não falte na sua missão, é preciso que todos os seus responsáveis tenham presentes as recomendações de Nosso venerado Predecessor Pio XI em sua Encíclica "Divini illius Magistri".

Para que uma escola seja cristã, não é suficiente que se ministre tôda semana uma aula de religião, nem que lhe se imponham certas práticas de piedade; mas é necessário primeiramente que mestres cristãos transmitam a seus alunos, simultâneamente com a formação da alma e do caráter, as riquezas de sua profunda vida espiritual; por isso importa que a organização externa da escola, sua disciplina, seus programas, constituam um quadro adaptado à sua função essencial, e compenetrado, mesmo nos detalhes aparentemente os mais humildes e os mais materiais, dum autêntico sentido espiritual. Julga-se que seja indiferente adotar tal ordem do dia, tal escolha das matérias, tal método didático, tal sistema disciplinar? As exigências legais ou a oportunidade têm muitas vêzes levado nesse campo a renúncias deploráveis e comprometido em larga escala a eficácia da própria educação religiosa. Por conseguinte Nós acreditamos que vós fareis obra muito útil, tornando possível aos mestres cristãos a comparação dos métodos e dos resultados obtidos em outros países; assim êles economizarão o preço de experiências inúteis ou prejudiciais, e afastarão com mais segurança de seus próprios métodos todos os elementos portadores de influências estranhas à verdadeira inspiração cristã.

Todavia, a eficácia de um sistema educacional depende em definitivo de sua completa fidelidade à primeira meta proposta. A escola cristã justificará sua razão de ser na medida em que seus mestres, clérigos e leigos, religiosos e seculares, conseguirão formar sólidos cristãos. Que seu zêlo, pois, se dedique incansavelmente a unir cada vez mais seus alunos à vida da Igreja, e fazê-los participar de sua liturgia e de seus sacramentos, e depois iniciá-los, conforme a capacidade de sua idade, ao apostolado junto de seus colegas, de suas famílias, de seu meio de vida; que os habituem assim a olhar para o imenso campo missionário, que na realidade se abre às próprias portas da escola ou do colégio. Que lhes mostrem as possibilidades apostólicas que se oferecem à sua generosidade, na vocação sacerdotal e religiosa, ou entre as formas tão várias da ação leiga. Nunca os alunos de um instituto católico deverão conceber sua futura carreira como uma simples função social, necessária sem dúvida para si próprios e para seus semelhantes, mas sem relação imediata com sua condição de batizados. Que a entendam sempre, pelo contrário, como o exercício de uma responsabilidade na obra de salvação do mundo, na qual, compenhando-se seriamente como cristãos no plano temporal, êles realizam seu mais alto destino espiritual.

Será injusto pensar por isso que a escola cristã tem em menor estima ou relega em segundo plano as tarefas especificamente escolares. Os objetivos de ordem intelectual, meta certa do ensino, recebem pelo contrário de sua orientação espiritual um sentido mais firme, uma garantia e uma fôrça maiores. Por isso, quando alunos pagãos ou pertencentes

a outras confissões freqüentam os estabelecimentos católicos, recebem uma cultura que em nada é inferior à que teriam recebido alhures. Na verdade não é raro que os institutos católicos gozem nos meios não cristãos de uma reputação, devida antes de tudo à qualidade de seus estudos e aos elevados serviços que, a êste título, prestam à comunidade nacional.

Infelizmente, a despeito de seus evidentes merecimentos, a escola católica não encontra sempre, junto aos poderes públicos, o apôio que teria direito de receber. Nós já evocamos êste problema em Nossa alocução de 10 de novembro de 1957 ao Congresso internacional das escolas particulares européias. Pode-se esperar que o movimento que impelle as nações a se unirem em agrupamentos mais vastos, incitará os governantes a superar, nesta matéria, as oposições nefastas àqueles mesmos que as suscitam.

Resta-Nos desejar-vos, queridos filhos, continueis com coragem e perseverança as tarefas que vos propusestes. Vós bem podeis, para estimular vosso zêlo, repetir a exclamação de São Paulo, orgulhoso do cargo que Deus lhe confiara, de proclamar o Mistério do Cristo: "É êste Cristo que nós anunciamos -- diz êle -- insistindo com todos os homens e instruindo-os em tôda a sabedoria, para tornar todo homem perfeito em Cristo"! Tal é a finalidade magnífica de vosso trabalho e do de todos os mestres cristãos: anunciar o Senhor aos que o não conhecem, tornar perfeitos os que o conhecem.

Que o Espírito Santo vos ilumine e guie vossos passos! Nós o supplicamos instantemente e ao mesmo tempo que pedimos suas graças sôbre vós e sôbre os vossos colaboradores, Nós vos concedemos como penhor Nossa paternal Bênção Apostólica.

ORAÇÃO PELAS SANTAS MISSÕES

Composta pelo S. Padre, o Papa Pio XII.

Ó Jesus, missionário divino, que, consumado do zêlo pela glória de vosso Pai e pela redenção das almas, vos dignastes, durante vossa vida mortal, fazer-vos anunciador e propagador daquele Reino de santidade e de graça, que devia ser para a humanidade arca de misericórdia e de salvação, ouvi as súplicas de nós, vossos indignos ministros, chamados a continuar vossa missão, e também de nós, simples fiéis, que desejamos experimentar os salutares efeitos destes dias dedicados à reconciliação e à santificação.

Concedei a nós, missionários, um raio de vosso espírito, que nos ensine a imolar-nos sem reservas, a ser compreensivos e paternos sem fraquezas, firmes e resolutos sem durezas, discretos e prudentes sem vãos temores do mundo e de seus juízos. Infundi-nos a vossa luz, para descobrirmos as necessidades dos homens e dos povos; o vosso calor e a vossa fôrça, para não desfalecer diante das friezas e dos obstáculos; a eficácia dulcíssima de vossa graça, para mover os corações e guiá-los suavemente a vossos divinos pés. Mas para isso concedei-nos, antes de tudo, o dom precioso de vosso amor, daquele amor por vós, pela Igreja, pelas almas, que a todo momento deve ser o motivo de nossos empreendimentos e a fonte principal de energia para levá-los a cabo.

E e a nós, fiéis, que desta Missa esperamos uma profunda renovação espiritual nos indivíduos, nas famílias e na sociedade, fazei que não falte a verdadeira humildade para ouvir e acolher atentamente os ensinamentos que nos são dados, a sinceridade em aplicá-los realmente a nós mesmos, a retidão de intenção no propósito de reformar seriamente nossa vida, de tal forma que o dia de amanhã seja melhor que o dia de ontem e o de hoje. Pelos nossos pecados pedimos perdão, Senhor; para nossos propósitos uma bênção que os consolide e os fecunde; para nossa vida toda uma dedicação segura, de maneira que jamais nos afastemos de vós.

Santos que vos santificastes em exercícios espirituais como êstes, vinde em nosso auxílio!

E vós, Mãe de Deus e Mãe nossa, dignai-vos estar presente a cada ato desta Missão, para sublimá-los com a suavidade de vossa poderosíssima intercessão, para que aquêles que agora vos imploram com filial confiança, possam um dia ser por vós levados diante do trono de vosso divino Filho, que com o Pai e o Espírito Santo vive e reina por todos os séculos dos séculos. Assim seja.

(No dia 23 de maio de 1958 o S. Padre o Papa Pio XII concedeu três anos de indulgência em favor dos sacerdotes que pregarem ao povo nas missões, e em favor dos fiéis que tomaram parte nas mesmas pregações — tôdas as vêzes que rezarem esta oração ao menos com coração contrito e devoto).

DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

Pe. Irineu Leopoldino de Sousa SDB

Nossa Revista de Janeiro dêste ano, nr. 43, publicou o substitutivo do deputado Carlos Lacerda ao projeto nr.º 2.222-A/57, que estabelece as diretrizes e bases da educação no Brasil. Dizíamos, em nota, que era o melhor trabalho já apresentado ao Congresso Nacional, e prometíamos um comentário comparativo entre êste substitutivo e o que foi aprovado pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.

Não nos parece necessário publicar o substitutivo da Comissão de Educação. Já porque, segundo declarações feitas à imprensa por um dos relatores, êste substitutivo nada inova em matéria de educação, consignando apenas, na lei de diretrizes e bases, a situação atual, ligeiramente modificada em alguns pontos secundários, o que de fato se pode constatar de seu exame; já porque representa, no setor do ensino superior, uma verdadeira involução e retrocesso, extendendo a êste nível de ensino as mesmas restrições e legislação de parágrafos que atualmente asfixia o ensino secundário. Como ainda porque foi publicado, como é de regulamento, no opúsculo da Câmara dos Deputados e distribuído, podendo ser facilmente adquirido na Secretaria daquela Casa. Quem se interessar por lhe conhecer o texto poderá solicitar, que teremos prazer em enviar,

Não vamos fazer história da lei de diretrizes e bases, que há dez anos anda tramitando pelo Congresso Nacional. Aos projetos iniciais, oriundos do Poder Executivo, se substituíram os dois, que atualmente estão polarizando as atenções, não só da Câmara dos Deputados, como ainda da imprensa e dos educadores: são o substitutivo da Comissão de Educação e Cultura, e o substitutivo Carlos Lacerda.

Uma primeira afirmação, de capital importância, é que a educação e o ensino são matérias que não comportam absolutamente qualquer interesse político-partidário. A educação não tem partido. Pelo contrário, os partidos é que devem ter educação. O ensino é um problema vital para a Nação, e não pode estar sujeito às vicissitudes e oscilações próprias da política partidária. É lógico que um projeto reflita a mentalidade e a personalidade de seu autor. Se, porém, na atual conjuntura política bra-

sileira, os projetos refletem também a ideologia dos partidos a que seus autores estão ligados, é este um problema que não cabe a nós examinar.

Quem não for capaz de considerar um problema como a educação e o ensino, com elevação de espírito, acima das questões político-partidárias, está só com isto dando provas de que ainda não tem suficiente amadurecimento cultural e cívico, e que ainda não sabe o que seja a vida civilizada em regime democrático. Somente nos regimes totalitários é que a política, o Estado, o interesse do grupo dominante, se transforma em supremo critério de tudo e de todos. Em qualquer regime de liberdade e de respeito à dignidade da pessoa humana, sobra muita coisa acima e além da política, do Estado, da maioria dominante. Uma destas coisas é sem dúvida a educação e o ensino.

Outro princípio, que é preciso não perder de vista, é que a liberdade de educação, a sobrevivência do ensino particular, é muito mais importante para o Estado, do que mesmo para as várias crenças religiosas interessadas na promoção do ensino. Não estamos diante de um interesse fundamentalmente religioso, nem o examinamos debaixo deste aspecto. A liberdade de ensino é o termómetro das liberdades e franquias que se gozam ou não em um país qualquer. A escola é anterior ao Estado, e pode viver sem ele. O Estado, porém, é que não dispensa a escola. É claro que a Igreja, o dogma católico, a moral, o direito canônico, têm muita coisa a dizer em matéria de educação, e os homens de responsabilidade, na política e fora dela, fariam muito bem em ouvir estas lições de sabedoria e prudência, humana e divina. Queremos, porém, afirmar que o problema da educação livre é muito mais sério para o Estado do que para a Igreja. A Igreja conhece há muitos séculos o caminho das catacumbas. Tem descido por ele muitas vezes, e sempre ressurgue mais vigorosa, mais bela, mais atuante. A vocação para o martírio, que falta onde falta a fé cristã genuína, que não existe onde não há católicos verdadeiros, abunda hoje em dia no seio da Igreja de Deus, como prova à saciedade a Igreja do Silêncio. É claro que a salvação das almas tem muito a ganhar ou a perder nesta batalha que se trava pela liberdade do ensino. É evidente que a Igreja tem grande interesse na solução deste problema. Por isto o Santo Padre Pio XII, de saudosa memória, tantas vezes a ele se referiu, com sua habitual clareza e profundidade de conceitos. Por isto o Episcopado Brasileiro, em documento que já entrou para a história do Brasil, lançou à Nação a magnífica declaração de Goiânia, onde o problema educacional ocupa o primeiro lugar. Mas queremos dizer que a Igreja não está perdida, nem está vencida, se se perder esta batalha. Mas o Estado irremediavelmente derrotado, a Nação estará ferida no mais profundo de suas reservas. Um Estado, quando desce às catacumbas, não volta mais, fica definitivamente sepultado. A Igreja resolverá de qualquer maneira sua tarefa de salvar as almas, porque é indefectível. Mas o estado não conseguirá cumprir sua missão de promover o bem comum temporal e o engrandecimento de uma pátria. Os homens que ao lado da Igreja combateram pela liberdade da educação, e por acaso tiverem sido vencidos, passarão à história como heróis e serão glorificados. Os que, militando

ao lado de interesses escusos, tiveram contribuído para sacrificar esta liberdade, imolando-a à idolatria do Estado, não só passarão à história com a reprovação de um povo, malsinados por muitas gerações vítimas, como ainda sentirão, no tribunal da justiça divina, o que significa, perante o Criador, pisar e espezinhar os valores mais legítimos da pessoa humana, criada à imagem e semelhança de Deus Onipotente.

Bem afirmados estes dois princípios, vamos ao estudo das principais características dos dois projetos que atualmente disputam a aprovação do Congresso Nacional. Não nos deteremos na análise de aspectos secundários, ou de pormenores. Na organização do ensino, em um país, há uma coisa essencial e vital, há um princípio fundamental, que não pode ser colocado de lado e que é o respeito à pessoa humana. O ensino é feito para criaturas humanas, inteligentes e livres, e não para seres irracionais ou outômatos. Não se trata de organizar um sistema para amestrar animaizinhos graciosos, chamados crianças. Trata-se de um sistema para educar, ou seja, para realizar, em plano natural e sobrenatural, as virtualidades que se encontram no educando. Conceituar bem, do ponto de vista filosófico, as exigências da educação, sua natureza, suas finalidades. Se acertamos nesta conceituação filosófica, acertamos também na conceituação teológica. A natureza humana é uma só, quer seja investigada pelo filósofo, pelo educador, pelo pedagogo, pelo psicólogo, ou pelo teólogo. As conclusões não podem por isto mesmo ser divergentes. Divergentes e erradas podem ser as teorias e hipóteses. Jamais os princípios que se asentam sobre a própria natureza do educando, da educação, do educador. Bem estabelecidos estes conceitos básicos, é indispensável aceitar-lhes as consequências lógicas. Este educando é membro de uma família, anterior à escola e ao Estado. É também cidadão, membro de uma comunidade. Estes conceitos é que sobretudo merecem a atenção em uma lei que realmente queira ser de diretrizes e bases da educação.

A estruturação dos currículos escolares, com uma matéria a mais ou a menos; o começo da idade escolar, aos seis ou aos sete anos, ou antes, nas escolas maternas e jardins de infância; a extensão da idade escolar obrigatória, aos 10 ou aos 14 anos; chamar-se o mesmo período escolar com nomes diversos, primário, ginásio, ou complementar; ano a mais ou ano a menos, na seriação escolar, tudo isto nos parece secundário e acessório. Se os Deputados e Senadores quiserem acertar tôdas as divergências nestes pormenores, jamais teremos uma lei de diretrizes e bases. Se os educadores e professores, êles que são técnicos e profissionais do ofício, quiserem organizar uma lei completa, em tôdas estas minúcias, jamais o conseguirão.

Por isto mesmo é que se deseja uma lei de diretrizes e bases da educação, não um compêndio codificado das atuais portarias ministeriais e leis de ensino. Seria coisa muito boa se se fizesse um código da educação. Mas certamente a lei de diretrizes e bases seria o primeiro capítulo dêste código, e não o código todo. Um dos males atuais do ensino no Brasil é que as autoridades escolares querem determinar tudo,

prever tôdas as situações e hipóteses. Ora, a vida é muito mais ampla do que nossa capacidade de imaginar situações e casos. Não é de casuística escolar que nós precisamos. Deixemos os casos e as situações concretas, particulares, ao bom senso, ao critério e à responsabilidade dos diretores, professores e pais. Nas leis, e particularmente numa lei de diretrizes e bases, devemos estabelecer somente as grandes linhas, a planta geral do edifício. O que se faz atualmente, parte de um pressuposto muito errôneo, e muito deformante da personalidade humana, de que os diretores e professores são incapazes. Então são submetidos à tutela do Estado, do Ministério da Educação, o único capaz, com seus técnicos e comissões especializadas. Ora, a mãe, no lar, deixa muita coisa à liberdade de seus filhinhos. E numa idade em que eles tanto precisam de amparo e tutela. Ninguém pensa em determinar para as crianças em que hora devem brincar, e com que brinquedos. Elas escolhem. A mãe vigia, acompanha, corrige, vai formando hábitos seguros e saudáveis. Mas respeita a espontaneidade de seus filhos. Ora, uma legislação escolar que determina tudo, desde a conceituação filosófica da educação, até os décimos de notas que se podem arredondar ou não, é sem dúvida uma "capitis-diminutio" para todo o professorado nacional. Para que fizeram cursos superiores, em faculdades de filosofia? São professores, ou são meros repetidores? Um gramofone, colocado então na sala de aula, por serventes, e com discos preparados pelo Ministério, faria melhor. Máquinas eletrônicas para corrigir as provas e para dar as notas, seriam menos dispendiosas.

E certamente executariam melhor as portarias ministeriais. Quando se constrói um prédio, o arquiteto faz as plantas, os engenheiros e calculistas fazem todos os cálculos e previsões essenciais, para a beleza e segurança do edifício. Mas depois, na execução, muita coisa fica confiada ao mestre de obras, e sobretudo ao dono da obra, que muda até as plantas, se assim entender, durante a execução dos trabalhos. Em todos os setores da atividade humana, vigoram os princípios de liberdade de iniciativa, de respeito aos valores da pessoa humana, e se confia na idoneidade e capacidade dos responsáveis e encarregados. Somente no setor da educação e ensino é que não se confia na escola, e não se respeitam os direitos dos pais, que são os donos da educação e da escola.

Esta é uma primeira característica muito importante e diferenciadora do projeto Carlos Lacerda. É realmente um projeto de diretrizes e bases, limita-se às determinações essenciais. Até na forma externa dos dois projetos esta diferença se nota. O projeto Carlos Lacerda tem 92 artigos, com 11 parágrafos, ou seja, 11% de parágrafos. O da Comissão tem 106 artigos, com 24 parágrafos, ou seja, 22,6% de parágrafos. O projeto Carlos Lacerda, com 92 artigos, tem 42 enumerações, ou seja, 45% de enumerações. O da Comissão, com 106 artigos, 98 enumerações, ou seja, 92%. O projeto Carlos Lacerda se limita ao essencial, ao indispensável, e para mais, confia no educador, nos pais, nos professores. É realmente um projeto de diretrizes e bases. O da Comissão, é mais uma das tantas portarias minuciosas, partindo do pressuposto de que é preciso prever tudo e fixar tudo, porque os professores, diretores e pais, são

incapazes de resolver qualquer problema educacional que surja depois na escola. Vejam-se, por exemplo, as normas estabelecidas no artigo 58 da Comissão, para os estabelecimentos de ensino superior: tudo está previsto: os cursos, as condições para matrícula, a duração dos cursos, o número de dias letivos em cada ano, programa, frequência dos alunos, obrigação de ministrar pelo menos 70% do total do programa e aulas prefixadas, impossibilidade de realização simultânea de dois cursos pelo mesmo aluno, apóio às organizações estudantis, matrículas em qualquer curso, serviços de assistência social aos alunos, instituição do doutorado e da livre docência, instituição da carreira do magistrado, instituição gradativa do regime de tempo integral, proibição de acumulação de funções docentes no mesmo estabelecimento. E perguntamos, depois de ler estas 15 enumerações do único artigo 58: que falta prever para um curso ou uma escola superior? A meu ver, falta somente uma coisa: liberdade, vida, espontaneidade, que são as condições essenciais para sairmos da burocracia e fazermos realmente ensino e educação. E ainda continuam outros artigos, com outras enumerações.

Já que, ao correr da máquina, ao escrevermos este comentário, ocorreu-nos primeiro a situação do ensino superior, vamos frisar mais uma diferença grande entre os dois projetos, precisamente neste campo do ensino superior. O projeto Carlos Lacerda tem, para este nível de ensino, apenas os três artigos do título XI, estabelecendo os critérios de acesso aos cursos superiores, e depois os três parágrafos do título XVI, caracterizando o ensino superior, dentro de um regime de inteira liberdade e autonomia administrativa e pedagógica. O mínimo de determinações. E' de se supor que os professores universitários, um conselho técnico administrativo de uma faculdade, ou o conselho universitário, saibam resolver seus problemas escolares e educacionais. O projeto Carlos Lacerda confia neles, e faz bem. Por isto mesmo se limitou a apenas seis artigos. O projeto da Comissão de Educação e Cultura da Câmara, ao contrário, tem para este ensino, 15 artigos, 12 parágrafos e 49 enumerações e sub-enumerações. Sentimos perfeitamente que o ensino superior foi de modo particular visado no projeto da Comissão. Porque? Quais as razões? Atualmente, estamos com um ensino secundário amarrado, asfixiado, tolhido, impossibilitado de progredir, exatamente por causa desta demasiada ingerência do poder público, que determina tudo, prevê tudo. No ensino superior, graças à orientação segura do Prof. Jurandir Lodi, as escolas e universidades têm gozado de muita liberdade, que lhes permite fazer novas experiências, organizar currículos, selecionar professores. A Diretoria do Ensino Superior legisla o menos possível, deixando depois às suas escolas superiores o trabalho de complementar. A escola superior sente-se desta forma responsável pelo ensino que ministra. Se fracassa, não pode culpar a Diretoria do Ensino Superior, não tem por onde culpar o Ministério. Mas o ensino secundário, se fracassa, como está fracassado no Brasil, muito fácil e muito justamente, diz com toda razão que o responsável é o Ministério da Educação. Não sabemos porque a Comissão de Educação e Cultura da Câmara adotou um pro-

jeto que representa, neste setor do ensino superior, além de uma contradição com o próprio título da lei, que principalmente a partir do Capítulo III deixou de ser de diretrizes e bases, para ser uma minuciosa portaria regulamentando o ensino superior e universitário, representa uma involução no sentido da liberdade de educação e de ensino. Haveria nisto segundas intenções? Qual o interesse em cercear a expansão do ensino superior no Brasil? Haveria algum conflito surdo com outros órgãos do próprio Ministério da Educação? Mas o Conselho Nacional de Educação, órgão máximo dentro do MEC, em assuntos educacionais, composto de homens eminentes, tem trazido sua contribuição, muito valiosa e notável, a esta política educacional do Ensino Superior. Nós conhecemos, através da História, muitas cartadas jogadas contra a Igreja Católica, por seus inimigos, claros ou ocultos. O Ministro da Educação de Jules Ferry, na França, com a penada de um decreto, pôs fora do ensino primário mais de 32.000 religiosas que desempenhavam sua atividade apostólica em escolas primárias da Igreja. Que é que se está passando atualmente no Brasil, em matéria de ensino Superior? Porque não se continúa a mesma política até agora seguida, com tanto êxito? Talvez porque há atualmente no Brasil 6 universidades católicas, com 46 faculdades, e 71 escolas superiores isoladas, igualmente católicas? Eu gostaria sinceramente que alguém me explicasse, com clareza e objetividade, as razões desta enorme diferença de tratamento que no projeto da Comissão se dispensou ao ensino superior. O ensino secundário lhe mereceu apenas um capítulo, com poucos artigos, poucos parágrafos e poucas enumerações. E no Ensino Superior, se foi tão longamente prolixo. Até do ponto de vista de harmonia e de equilíbrio das várias partes de uma lei, do ponto de vista simplesmente de beleza e proporção da redação, isto não é elegante. Os argumentos e pretextos dos que pretendem eliminar da educação e ensino qualquer influência da Igreja Católica, são os mais diversos, e algumas vezes tão especiosos, que mesmo católicos militantes se deixam iludir. Não importa. A Igreja tem, na sua luta pela liberdade de educação e ensino, o mais poderoso aliado: a natureza humana. *Naturam si expellas furca, tamen usque redibit.*

Há uma diferença fundamental entre os dois projetos, desde o primeiro artigo. No de Carlos Lacerda, o primeiro artigo conceitua a educação e lhe marca os fins, sem que apareça uma só vez a palavra "escola". O da Comissão foi pressuroso em declarar que a educação, direito da família, **será dada no lar e na escola**. Ora, a enumeração é antes de mais nada, falha. A educação é muito maior do que a escola. Esta é simplesmente um instrumento. Se bem que um instrumento muito precioso e delicado. Mas não deixa de ser instrumento. Educação se dá na rua, na oficina, no lar, no cinema, na praia, na Igreja, no clube, na escola, no rádio, na televisão, na revista. Minha enumeração não tem pretensão de ser completa, nem de ser feita em ordem de valores. Visa apenas mostrar que a enumeração do projeto da Comissão é incompleta. E porque, entre os termos de uma enumeração incompleta, só foram escolhidos dois: o lar e a escola? O lar é dos pais. A escola é do governo. Segundo

o arranjo que lhe dá o projeto de diretrizes e bases, estamos diante desta antinomia: família e govêrno. Uma no lar, o outro na escola. Uma fraca, impotente, impreparada, sem recursos, desajustada, proletária. Outro, todo-poderoso, com recursos de sobra, absorvente, julgando-se capaz de tudo fazer para educar o brasileiro, até de lhe dar alimentação e vestuário. Esta diferença entre os dois projetos, logo na introdução, fixando o conceito e as finalidades da educação, nos parece de fundamental importância.

O art. 5 do projeto da Comissão, no título que trata dos fins da educação, declara que "os serviços públicos de educação e cultura destinam-se a oferecer a todos oportunidades iguais para o desenvolvimento da personalidade". Gostaríamos de saber qual é o conceito de **serviços públicos de educação e cultura**. Não se trata evidentemente de igualdade entre a escola particular e a oficial, porque esta não existe no projeto. As desigualdades se encontram a cada passo. O artigo 82, letra a, do título XII, onde se trata dos recursos para a educação, declara que compete ao Poder Público assegurar "**gratuidade** do ensino primário oficial e do ensino oficial ulterior ao primário, para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos"; e logo a seguir, na letra b, declara que da mesma forma compete ao poder público assegurar "**modicidade** do custo do ensino nos estabelecimentos particulares, mediante outorga de vantagens aos que admitam alunos gratuitos ou de contribuições reduzidas". Onde está a igualdade de oportunidades? se a gratuidade só é assegurada nas escolas oficiais? E se a família não quiser a escola oficial, como tantas vezes não quer, por preferir a escola particular, confessional? Qual é a situação? A lei está fixando evidentemente uma **desigualdade de oportunidade**, embora falando em igualdade. Interessante é que o prêmio para os estabelecimentos que admitirem alunos gratuitos, será a **outorga de vantagens**. Mas quer então dizer que mesmo no caso de ensino gratuito, ainda as duas escolas não estarão em condições de igualdade? Até aqui eu pensava que a diferença entre o ensino público e o particular, estivesse principalmente nesta questão financeira, de um ser grátis, e o outro ser pago. Mas agora, confrontando os termos desta lei de diretrizes e bases, proposta pela Comissão de Educação e Cultura, venho a constatar que há ainda uma diferença mais profunda. Mesmo que em matéria de finanças empatem, por ensino gratuito, ainda assim a escola particular terá apenas **outorga de vantagens**. Esta outorga será feita pelos poderes públicos. Mas a outorga supõe que um é proprietário, e o outro não é. Um é dono, o outro não. Supõe que um faz por natureza própria, poder próprio, e o outro faz por concessão. O Estado seria então, no conceito filosófico da educação que se põe como fundamento do projeto da Comissão da Câmara, o proprietário, o dono da educação. O particular só poderia educar mediante outorga, ou concessão. Então eu compreendo a passagem do art. 5, onde se fala dos **serviços públicos de educação e cultura**. Isto dispensa qualquer comentário. Basta confrontar esta doutrina com os postulados da democracia por um lado, e com os documentos pontifícios e a Declaração do Episcopado, em Goiânia, por

outro, para se ver quanto estamos longe da recta ordem das coisas, e quanto estamos perto do Estado socialista ou comunista.

E neste rumo de idéias há várias determinações no projeto da Comissão. Por exemplo, o artigo 8, onde se declara que compete aos poderes públicos "assegurar o direito à educação nos termos desta lei", promovendo, estimulando e auxiliando o desenvolvimento do ensino e da cultura. Que falta mais atribuir ao Estado, se êle deve promover, estimular e auxiliar? E porque nos termos desta lei somente? Porventura a lei se julga completa? Se surgir algum caso não previsto na lei, não estará o govêrno obrigado a assegurar o direito à educação? Compete simplesmente ao poder público, assegurar, com a suplementação em matéria de finanças e de aparelhamento técnico, o direito à educação. Isto pura e simplesmente, sem mais adjetivos nem explicações.

No artigo 12, onde se trata do Conselho Nacional de Educação, criam-se neste órgão três câmaras, uma para cada grau de ensino, com representantes do poder público, das federações de professôres e de diretores de estabelecimentos, designados os primeiros pelo Ministro da Educação e Cultura, eleitos os demais pelas respectivas federações. Houve, antes de mais nada, um lapso de redação, quanto à ordem da enumeração: declarou-se a composição do Conselho na seguinte ordem: Govêrno, Professôres, Diretores. Ora, a ordem certa me parece ser a seguinte: Diretores, Professôres, Govêrno. No Colégio particular, os pais tratam a educação de seus filhos diretamente com a Diretoria do Colégio, e não com os professôres. E no Brasil, o ensino particular representa uma esmagadora maioria sôbre o ensino oficial. Logo, o Conselho Nacional de Educação deve refletir esta situação. Ou não estaremos em democracia.

Acontece ainda mais. Os representantes do poder público têm mandato de cinco anos. Os outros, apenas três. Porque esta desigualdade? Uma insignificância, se dirá. Ano mais, ano menos, não faz diferença. De acôrdo. Mas aqui é esta pequena desigualdade. Ali, já é outra um pouco maior, pois a escola oficial não tem inspeção, e a escola particular tem. Acolá, a desigualdade é mais acentuada, pois o ensino é gratuito, na escola oficial, e módico na particular, cabendo ao govêrno controlar esta modicidade. E assim se vai indo, no projeto, de uma injustiça a outra, contra a escola particular. Ora, em todos os países civilizados, a iniciativa particular, sobretudo em matéria de educação e ensino, salvo exclusivamente nos casos de custosas montagens técnicas, tem precedido com larga margem de tempo e de eficiência, a iniciativa oficial. As primeiras escolas que se criaram no Brasil, foram fundadas pelos Jesuitas. E quando Pombal os expulsou, fez o Brasil regredir de dois séculos em matéria de educação e cultura. A primeira escola de filosofia que se organizou no Brasil, foi a de S. Bento, em São Paulo, que, por não encontrar nenhum similar na organização oficial brasileira, foi se agregar à Faculdade de Filosofia de Lovaina. A Faculdade de Filosofia Santa Úrsula, no Rio de Janeiro, é anterior à Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil. Em São Paulo, a primeira escola de artes, ofícios e comércio, foi o Lyceu Salesiano do Sagrado Coração de Jesus, que até hoje continúa fiel às suas

finalidades, tendo se adaptado sucessivamente às várias regulamentações dos governos. Para só falar nos educandários mantidos por religiosos, recenseados pelo Departamento de Estatística da CRB, com data de referência de 1 de setembro de 1958, tínhamos 4.273 obras de educação, com total de 603.964 alunos, dos quais 450.155 pagantes, e 153.809 gratuitos, o que representa a elevada proporção de 25,5% de gratuidade. Isto sem falar nas obras das dioceses e nas obras dos leigos, das quais não conhecemos estatística. E sem falar ainda nas 1.553 obras de assistência à saúde, com seus 94.958 leitos, os quais, em um levantamento feito em 1957, haviam atendido a mais de 600.000 doentes gratuitos, para cerca de 300.000 pagantes. Sem falar nas 1.035 obras de assistência social, com seus 148.506 assistidos.

Contra esta escola particular, que tem merecido a honrosa preferência da família brasileira — no Rio há educandários que estão com as matrículas fechadas já para 1961 — que tem realizado esta imensa obra educacional, em favor do povo brasileiro, contra esta escola particular é que o projeto da Comissão de Educação e Cultura da Câmara cometeu injustiças tão profundas, dispensando-lhe um tratamento tão desigual, com relação à escola oficial. Isto é tanto mais doloroso, quando a Comissão tinha em mãos um projeto excelente, onde não se encontra nenhum destes inconvenientes, o projeto Carlos Lacerda, que foi rejeitado.

A descentralização do ensino é proposta num e noutro projeto. Mas em ambos, de acordo com o espírito e a filosofia que os informa. No projeto Carlos Lacerda, a descentralização não é apenas geográfica, mas é real, institucional, pois permite às famílias e às escolas de cada região interferir e controlar o processo educativo. No projeto da Comissão, coerentemente com o espírito que o informa, a descentralização é meramente geográfica. Os órgãos locais serão tão absorventes, tão prepotentes, como o órgão central. Ora, a experiência demonstra que um tiranete local é muito pior que um tirano nacional.

Não temos receio da descentralização. Temos receio apenas de duas coisas. A primeira, é que esta descentralização seja meramente uma multiplicação de pequenos ministérios pelo interior. Sabemos de um inspetor seccional de ensino que pretendeu fazer reuniões, em cada colégio, do diretor e dos professores, sob a presidência do inspetor, para deliberarem sobre a realização das provas finais, em 1958. Esta mesma seccional de ensino secundário, pretendeu determinar, para os colégios de sua jurisdição, o dia e a hora para realização dos exames de admissão. Se ele tivesse determinado também, mediante convocação oficial, os professores que deveriam tomar estes exames, estaríamos em perfeito regime de caserna. Escola-quartel. Em alguns países da Europa e da Ásia é o regime que está vigorando. Prazza a Deus que semelhante regime jamais venha a vigorar no Brasil. Descentralização meramente geográfica, com aumento de competência para a autoridade fiscal do ensino, é prejudicial.

Outro perigo da descentralização é que, enquanto os poderes públicos vão assim aumentando sua ingerência, não cresça da mesma forma a união das escolas particulares e sua organização, para se defenderem.

Não é da inspetoria seccional que tenho receio, ou de qualquer outro órgão governativo. Mas é da inatividade das escolas particulares que tenho medo. Nós nos habituamos, no Brasil, durante longos anos, a receber tudo feito, forma sob medida, vinda de um poder central. Isto é realmente muito mais cômodo, dexando-nos praticamente sem responsabilidade por aquilo que executamos. E é difícil abandonar esta mentalidade, para passar corajosamente a outra, de responsabilidade pessoal, do diretor, do professor e dos pais, no processo da educação da juventude.

A descentralização burocrática é uma injunção da situação brasileira. Neste País, que tem as dimensões de um continente, é ingênuo supor que a periferia dependerá sempre de um centro. O crescimento natural da população, o aumento constante das instituições, a impossibilidade de tudo verificar, partindo de um centro único, leva necessariamente à descentralização burocrática. As escolas do interior se acostumaram durante longos anos a confiar nas organizações e associações de âmbito nacional, sediadas no Rio de Janeiro, sempre vigilantes. Estas organizações, por sua vez, acharam mais fácil agir na capital federal, uma vez que não tinham elementos nem meios para instalar filiais e seccionais pelo interior do País. E estamos na situação atual: o Ministério instalou suas seccionais de ensino. Mas as associações particulares não acompanharam esta descentralização. Continuam presentes somente no Rio, e tomam conhecimento do que acontece pelas seccionais, somente depois de acontecido. Disto eu tenho muito receio. A iniciativa particular sempre precedeu a oficial. E desta vez, na descentralização, estamos diante de um fenômeno inverso. Urge que as instituições particulares, as federações e associações de ensino, de professores e diretores de estabelecimentos, acompanhem imediatamente o fenômeno. A organização deve ser local ou regional, e não apenas no Rio de Janeiro. As associações devem ser do Brasil, no nome e na coisa, não devendo restringir sua presença e ação vigilante apenas ao asfalto do Rio de Janeiro.

No artigo 41 do projeto da Comissão, se determinam as condições mínimas para o cargo de diretor em estabelecimento de grau médio. E se limitou apenas a três. Sobriedade muito louvável. Mas a primeira das condições não é democrática. Para ser diretor de colégio, a partir da vigência desta lei, é condição inicial a nacionalidade brasileira. Os estrangeiros não poderão mais ser admitidos. São admitidos ao magistério, mas não à direção. É a nacionalização das escolas. É a transposição de um fenômeno do campo político e econômico, pelo qual está passando o Brasil no momento, para o campo educacional. Não sabemos qual seja a razão desta medida. Não me consta até hoje, que se tenha criado qualquer problema ou dificuldade em estabelecimento de ensino, pelo fato de seu diretor não ser brasileiro. Que o professor de português, história e geografia do Brasil, seja brasileiro nato, é compreensível. Se bem que é comum encontrarem-se estrangeiros que sabem mais português, mais geografia e mais história de nossa terra, que muitos brasileiros. Emmanuel de Martonne, francês, certamente sabe muito mais geografia do Brasil, do que eu, que sou doutor em Geografia e História, e tenho

todos os registros do Ministério para lecionar. Não sei se há alguma obra de brasileiro que se compare com a de Von Martius. A educação e a cultura não tem pátria. Neste momento em que a coesão internacional se torna muito mais acentuada; em que os mercados comuns vão surgindo; em que comunidades supra-nacionais de carvão e aço já estão funcionando; em que o Brasil encabeça a Operação Pan-Americana, pretendendo dar novo rumo e novo sentido à solidariedade continental americana; em dissonância com tudo isto, vem um dispositivo numa lei de diretrizes e bases da educação, excluindo qualquer estrangeiro da direção de escolas. Seria melhor um dispositivo excluindo qualquer comunista, brasileiro ou estrangeiro.

O artigo 47, com suas três enumerações, a, b e c, estabelece mais uma diferenciação entre a escola particular e a escola oficial, introduzindo discriminações arbitrárias para o provimento de cadeiras em escolas secundárias oficiais e particulares. O espírito que informa este artigo, é de que o ensino oficial é de primeira qualidade, é alto, excelente, eficiente, e para ele só devem ir professores licenciados, com longo tirocínio. Para o ensino particular, que é de segunda qualidade, que é inferior, que se tolera, ao qual se concede que possa atuar, enquanto não se desenvolve bastante o outro ensino, qualquer professor serve. Tem-se a impressão de estarmos diante de uma disposição transitória, de uma situação de emergência, que tende a desaparecer, que é bom que desapareça, para que o ensino seja todo oficial, num quadro único de **serviços públicos de educação e cultura**.

O artigo 51, referente à formação de professores para o ensino primário, vem consagrar mais uma discriminação odiosa, mantendo mais um aspecto do atual monopólio de ensino vigente em alguns setores. O professor primário terá três qualificações: regente, professor primário de 1 grau, e professor primário de 2 grau. O topo da escala é o professor de segundo grau. Pois bem; o regente é formado no ginásio normal, que poderá ser oficial ou particular; o de primeiro grau, será formado na escola normal, ou colégio normal, que também poderá ser oficial ou particular. E o de segundo grau, será privativo dos que vierem dos institutos de educação. Ora, todos sabemos que os institutos de educação são estatais, e a lei não lhes derogou este caráter. Logo, confirmando a mentalidade que vem expressa no item anterior, teremos o professor primário excelente, mais qualificado, provindo exclusivamente dos institutos oficiais. Os institutos particulares não terão capacidade de formá-los em igual nível. Como se o ensino, por ser oficial, se torne melhor do que o particular. Não me consta que o Estado tenha o carisma de melhorar as coisas em que põe a mão. No opúsculo de Anísio Teixeira, "Educação não é Privilégio", se encontram as mesmas idéias e o mesmo plano. O professor primário será formado exclusivamente pelo Estado. Também em vários outros pontos há muita semelhança entre o projeto da Comissão de Educação e Cultura, e as teses de Anísio Teixeira. Será mera coincidência?

Uma desigualdade gritante é estabelecida no artigo 71, onde se

determina que "os estabelecimentos isolados de ensino superior e as Universidades particulares terão fiscalização permanente e deverão enviar anualmente um relatório ao Conselho Nacional de Educação, que sobre êle emitirá parecer". Que se fizesse uma distinção entre a escola superior isolada e a universidade, estabelecendo-se fiscalização para uma e dispensando-se para outra, me parece lógico. Mas recair a discriminação sobre o critério de particular ou oficial, me parece injusto, anti-democrático, distanciado da realidade brasileira. O conceito de universidade importa a autonomia, e a autonomia exclue a fiscalização. As grandes e célebres universidades européias gozaram de isenção, não só da parte dos poderes públicos, mas até da autoridade do Bispo diocesano. Passavam a depender, em matéria de fé e costumes, diretamente da Santa Sé, do poder Supremo da Igreja. Submeter uma universidade à fiscalização governativa, é rebaixar-lhe o conceito, é diminuí-la em sua dignidade.

O título XII é o que dispõe sobre os recursos para a educação, e comete, no artigo 82, letras a e b, mais uma desigualdade de tratamento entre o ensino oficial e o particular, eliminando na prática a liberdade e os poderes que em teoria foram conferidos à família. De fato a letra a determina que o Poder Público é obrigado a dar ensino gratuito, em todos os graus, em suas escolas oficiais somente; na letra b se determina que o Poder Público dará modicidade somente de custo de ensino nos estabelecimentos particulares, mediante outorga de vantagens aos que admitem alunos gratuitos ou de contribuições reduzidas. A família continuará na impossibilidade prática de escolher a educação a dar a seus filhos, e será compelida a enviá-los à escola oficial, sempre que não dispuser dos meios suficientes. Ou, se conseguir em escola particular, será por uma concessão, por uma favor do govêrno. Ora, aqui está precisamente um ponto nevrálgico da questão. Todo cidadão paga impostos. Por isto mesmo toda família tem direito à educação gratis de seus filhos. Ou os impostos, pagos por todos, vão beneficiar somente alguns poucos privilegiados? Nisto está a grande mistificação do ensino oficial gratuito. **Todo o povo paga, para que uns poucos não gastem nada, com um ensino que custa tão caro.** Todo mundo sabe que o mesmo ensino, numa escola particular, custa muito menos que numa escola oficial. Para lembrar apenas um caso, que me ocorre de memória: a Universidade Católica de Pôrto Alegre tem dois mil alunos, e recebe dos cofres públicos apenas Cr\$ 12.000.000,00. A Universidade Oficial, com quatro mil alunos, tinha no orçamento da União, em 1958, quase Cr\$ 500.000.000,00. Meio bilhão de cruzeiros. Cada aluno sai, na universidade particular, por seis contos ao ano. Na universidade oficial, por 120 contos. De onde veio, à universidade oficial, sua verba? senão dos impostos pagos por todos os brasileiros? E porque somente aqueles poucos privilegiados puderam gozar do ensino gratuito? Isto não é democrático, não é justo. A tese justa e correta é a da distribuição proporcional dos tributos. Os impostos devem ir ao govêrno, e voltar a todos quantos contribuíram. A família deve ter possibilidade real, objetiva, concreta, operante, de escolher a educação que quer dar aos seus filhos. E não apenas um direito teórico.

A pequenina Holanda, dominada tantos anos pelos protestantes que detinham o poder, lutou durante quase um século, para alcançar a verdadeira e efetiva liberdade de ensino. Por muitos anos uma universidade católica fez um complicado processo burocrático, para receber, do Ministério das Finanças, apenas um florim por ano. Mas o processo se repetiu, anos a fio, como afirmação de um princípio, e como advertência ao governo, de que tinha obrigação de pagar e custear a educação para todos os holandeses. Hoje, o Estado paga 80% das despesas de todas as escolas, inclusive as particulares. E os pais é que escolhem os professores que querem para seus filhos. Um século de lutas, e uma esplêndida vitória da liberdade e da democracia. Há realmente agora igualdade de oportunidade para todos.

O mais interessante, porém, no projeto da Comissão da Câmara, é que, enquanto a letra a e b cometem esta injustiça com a escola particular, e violam desta forma os postulados fundamentais da democracia, a letra c é de uma generosidade inaudita para com os estudantes necessitados de fornecimento gratuito ou a preço reduzido, material escolar, vestuário, alimentação, serviços médicos e dentários, e matrículas em estabelecimentos particulares. Porque não em estabelecimentos oficiais? Os carentes de recursos irão para os colégios particulares? Os colégios oficiais serão reservados aos "filhinhos de papai"? Mas isto apenas de passagem, o que desejo frisar é esta prodigalidade do Governo, que não só dá educação, mas dá ainda alimento, agasalho, médico e dentista. A COFAP voltará aos colégios, não para fiscalizar as anuidades, mas para estabelecer em cada um deles, um posto de abastecimento escolar. Naturalmente que no regime da nova lei, o estudante brasileiro será o mais feliz do mundo, o mais amparado e assistido. E então, em agradecimento, e quando estiver em alguma abertura, passará a rezar uma nova oração: papai-governo que estais no Catete, o pão nosso de cada dia nos dai hoje.

Nas Constituições de uma Congregação Religiosa docente, lembro-me de ter lido certa vez que, encontrando-se meninos de tal forma desamparados, que para eles todo cuidado seria inútil, se não fossem recolhidos nalgum asilo, por esta razão, com a maior solícitude, os religiosos procurarão abrir asilos e orfanatos, onde, com o auxílio da Divina Providência, lhes será ministrado agasalho, alimento e vestuário, e onde, ao lado da instrução religiosa e da educação, se preparem também os jovens para ganhar honestamente o sustento, aprendendo ofícios em escolas profissionais. "Com o auxílio da Divina Providência", diz o texto das constituições religiosas. Com o auxílio do Poder Público, diz o texto da lei de diretrizes e bases. Há perfeita semelhança de pensamento nas duas leis, a da Congregação, e a da educação, como a projeta a Comissão de Educação e Cultura da Câmara, para o Brasil. A divergência está somente na pessoa a quem se recorre: a Providência Divina, ou Estado-Providência, que tudo vê, tudo olha, a tudo provê e prevê.

Como, no artigo 84, letra c, se estabelece que as despesas com as atividades desportivas do Ministério da Educação são consideradas despesas com o ensino, segue-se que deverão ser aplicadas aos esportes as

mesmas normas, em matéria financeira, que ao ensino. Desta forma, também os futebolistas poderão rezar a oração dos estudantes. E os grêmios esportivos das escolas particulares poderão gozar da providência todo poderosa do governo.

O projeto Carlos Lacerda é de uma sobriedade inimitável. Estabelece uma fundamentação filosófica e pedagógica perfeita, e dela deduz e aceita as consequências lógicas. Sua grande inovação está na perfeita igualdade de tratamento que dispensa à escola oficial e à escola particular. Não há, em seus 93 artigos, nenhum ranso de monopólio estatal. Quando o li pela primeira vez, a lembrança que me ocorreu foi a paisagem de nuvens brancas e isoladas, que divisei ao subir de avião, partindo do Rio para São Paulo, num dia em que reinava mau tempo no aeroporto Santos Dumont. Por baixo, nuvens escuras e carregadas, nenhuma visibilidade. Poucos minutos depois, quando o avião ganhou altura, um sol brilhando por sobre as nuvens, numa paisagem que nunca mais se apagou de minha memória. A situação atual de ensino, retratada no projeto da Comissão da Câmara, são estas nuvens carregadas e este mau tempo. O projeto Carlos Lacerda, este sol e estas nuvens brancas das alturas.

Houve um lapso de Carlos Lacerda no artigo 84, onde se declara que o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação, e os Conselhos Regionais, envidarão esforços articulados para combater a comercialização do ensino particular. A palavra comercialização aí empregada, incide, na minha opinião, sobre o custo do ensino particular, a especulação, o lucro. Ora, se esta interpretação é certa, devemos concluir que há muito mais comércio no ensino oficial, do que no ensino particular. Comércio é o exercício lucrativo da profissão de trocar ou vender de qualquer natureza. Onde mais se lucra, mais comércio se exerce. Ora, a administração e o corpo docente, da universidade oficial de Porto Alegre, no conjunto, percebeu 120 contos por aluno, em 1958, enquanto a administração e o corpo docente da escola particular percebeu apenas seis contos. Onde é que há mais lucro? Onde é que há mais comércio? Frei Evaristo P. Arns, em um de seus recentes editoriais da Revista Vozes, se não me engano, comentava desta forma a propósito do custo do ensino: certamente o govêrno não faz comércio em suas escolas. Um bom critério de modicidade do custo do ensino seria por certo o quanto custa cada aluno nos colégios oficiais. O Ministério da Educação deveria permitir que os colégios cobrassem o mesmo. Não mais. Nem um centavo a mais. Os colégios religiosos, porém, neste caso, pediriam ao Ministério da Educação uma licença: a de não cobrar tanto quanto cobram as escolas oficiais, porque nesta hipótese haveria tanto dinheiro sobrando em nossas casas, que não saberíamos o que fazer dêle. A observância religiosa correria não pequenos riscos, com a superabundância de dinheiro. Deve-se combater a comercialização do ensino, tanto na escola oficial como na escola particular. Em São Paulo, certa vez, numa reunião de professôres de nível secundário e superior, todos se queixavam da facilidade com que os professôres mudam de colégio, dentro do ensino oficial, abandonando a cadeira às vêzes sem nenhuma comunicação, porque nesta

ou naquela cidade conseguiram melhor colocação e encontraram honorários mais vantajosos. Há grande mobilidade do professorado, com prejuízo do ensino, em razão das facilidades econômicas que lhe oferece a escola oficial. Somos pelas facilidades e melhorias econômicas do professor. Mas não pelo prejuízo e dano da escola e dos alunos.

Outros senões deve haver no projeto de Carlos Lacerda. Seus colaboradores, as críticas construtivas, certamente contribuirão para o melhorar ainda. Sabemos que a Comissão de Educação e Cultura da Câmara o rejeitou, para adotar o substitutivo que acabamos de analisar. É pena. Este fato entristece profundamente. Abandonar-se uma coisa tão boa, para se aprovar outra tão ruim. Não faz mal. Isto é coisa que acontece quando a política entra no meio. O ensino no Brasil é a vítima sem defesa, a mais sacrificada aos interesses político-partidários. Mesmo, porém, que o projeto Carlos Lacerda não venha a lograr êxito, o simples fato de êle ter sido corajosamente apresentado ao Congresso, de ter sido afirmado, já é um grande passo. A repercussão na imprensa do Rio de Janeiro é unânime. Todos se têm manifestado a favor. Reitores e professores de universidades e de escolas superiores, professores do magistério oficial como do magistério particular, pais de família, homens de posição e destaque no mundo das letras, das ciências, da pedagogia, ou da administração pública do ensino, sacerdotes e leigos, desde sua apresentação, se têm manifestado em uníssono, traduzindo o anseio de liberdade que vai por tôdas as camadas do ensino e da educação no Brasil.

O Episcopado Brasileiro, reunido em Goiânia, depois de desenvolver com profundidade e absoluta isenção de animo, os aspectos mais urgentes da educação no Brasil, analisando os defcitos do sistema atual e apontando os remédios, termina com a seguinte advertência: "Se a educação não fôr pelo Estado colocada em seus devidos têrmos, se a família e a Igreja não tiverem na obra educativa o papel insubstituível que lhes cabe, construções materiais como Brasília serão imensos corpos sem alma".

Praza aos céus que os que lutam pela liberdade do ensino e da educação no Brasil não esmoreçam, nem deponham as armas, com os primeiros insucessos. Poderemos perder batalhas, mas não a guerra. A luta será árdua e dura, pondo à prova sobretudo a nossa tenacidade e constância. Mas a vitória final será sempre da liberdade, da justiça, da verdade.

COMO ORGANIZAR UMA PARÓQUIA?

Pe. Leão Douwen C.Ss.R.

É grande o número de religiosos que trabalham em paróquias. Este motivo, por si só, já é suficiente para se estudarem seus vários problemas. Tal estudo, entretanto, é também em benefício dos outros religiosos que não tomam conta de paróquias. A estes também devem interessar tais problemas e, de acôrdo com as possibilidades, cooperar com a boa organização daquelas em que residem. Assim, de grande utilidade para todos deve ser ventilar certas idéias novas que a sociologia religiosa e a pastoral contemporânea acentuaram depois da última guerra.

Vermos: 1) qual é a função principal do vigário, e 2): qual é o papel do "convento" na vida paroquial.

1. Qual é a função principal do vigário?

a) A "comunidade" paroquial.

Não é possível que a função do vigário, numa paróquia, seja, somente o trabalho que aparece todo dia: distribuir os sacramentos, batizar, preparar e fazer casamentos, pregar, cuidar dos doentes, visitar as famílias e, vez por outra, organizar movimentos maiores, como mês de Maria, Semana Santa, tríduos e novenas. O vigário que dá conta de tôdas estas tarefas, realiza muita coisa, sobretudo se sabe decidir, se é prudente, se é bom para o povo. Mas será que não há uma idéia-mestra para orientar seus pensamentos e ações? Não é possível que seja a mesma, comum a todo apostolado: levar as almas para o céu, fazer Jesus mais conhecido e amado. Sua função específica talvez seja melhor definida da seguinte maneira: formar e dirigir a "comunidade" paroquial da qual êle é o "leader".

As palavras "comunidade" e "leader" têm, na sociologia religiosa, um sentido técnico. Há uma diferença bem nítida entre uma "comunidade" e um simples "agrupamento". Com um exemplo explicaremos melhor esta diferença do que mesmo com definições. Uma sessão de cinema é um agrupamento: um grupo de pessoas completamente estranhas que assiste ao filme e que logo se dissolve. Um clube de futebol, porém, é uma comunidade, pois nesta os membros juntos planejam e realizam o trabalho. A S. Igreja é uma comunidade, a comunidade do Corpo Místico. A paróquia tem que sê-lo também. Nela as pessoas devem pensar e trabalhar juntas.

A comunidade será tanto mais perfeita, quanto maior a união entre seus membros. As paróquias pequenas do interior são comunidades muito mais perfeitas do que as paróquias urbanas. Nestas os fiéis não se conhecem e quase não convivem socialmente, sendo quase impossível falar-se em "pensar e trabalhar em conjunto". Compreende-se assim, mais facilmente, porque a função principal do vigário deve ser a de formar, fortalecer e dirigir a comunidade paroquial.

A sociologia religiosa e a pastoral contemporânea vem incentivando a formação de "comunidades", sobretudo, depois da última guerra, como reação à desintegração social, por que o mundo está passando. Antigamente, as paróquias eram "comunidades" quase que naturalmente. A industrialização e formação de cidades gigantes vieram destruir as bases naturais dessas comunidades. A sociologia religiosa, então, vem provando, por meio de estudos e pesquisas, que o católico precisa de um ambiente religioso para viver bem a sua religião. Em outras palavras: precisa de uma "comunidade paroquial" para viver como verdadeiro cristão. Daí os esforços da Pastoral contemporânea por se formarem novamente aquelas comunidade (Sobre esta transformação veja "Revista do Clero", 1958, os artigos de F. Houtart, número de junho-agosto pág. 219, e de setembro-outubro p. 291).

b) O Leader desta comunidade.

Para os fiéis pensarem e trabalharem juntos, precisam ter um chefe ou leader, isto é uma pessoa que aproxime os fiéis uns dos outros, e que os leve a pensar e trabalhar juntos. O chefe ou leader, neste caso, é o vigário. Para ele ser realmente um leader, não pode ser do tipo autoritário, isto é, pessoa que pensa pelos outros, que manda e desmanda conforme ele julga bom para a paróquia, em vez de levá-los a pensar e trabalhar juntos. Este tipo de vigário mais destrói do que constroi a comunidade paroquial.

Também não pode ser do tipo inativo, sem autoridade, que deixa as coisas correrem sem lhes dar um rumo certo que vá beneficiar a comunidade. A consequência lógica desta atitude é outras pessoas, ou grupos, írem usurpando a autoridade que lhe compete, impondo-se aos demais fiéis. Também neste caso os fiéis não chegam a pensar nem a trabalhar juntos.

Verdadeiro leader da comunidade paroquial é aquêle vigário que leva os fiéis a se aproximarem uns dos outros e a pensarem e trabalharem juntos. Deve, por todos os meios, tirar os católicos de sua inatividade, deve torná-los ativos, não isoladamente, mas em grupo. Assim, aos poucos irá transmitindo à comunidade parte de sua responsabilidade. O povo começa, então, a tomar parte, não na autoridade, mas na responsabilidade, na orientação, no planejamento e organização das tarefas.

Quisemos deixar bem claro que comunidade paroquial significa participação do povo, significa ação em conjunto. Para melhor esclarecimento, talvez seja interessante indicar aqui alguns problemas na resolução dos quais os fiéis podem participar.

Problema dos mais simples é a questão do horário. Quem o determina? Geralmente é o vigário, e o povo limita-se a aceitar positivamente o que ele determinar. É preciso, então, incentivar os fiéis a refletir e dar sugestões. Dissemos: "os fiéis", e não alguns que gostam de colocar-se em primeiro plano e de mandar.

O modo de se assistir a S. Missa constitui outro problema que deve ser objeto de trabalho de equipe. Convém rezar o terço, ou dialogá-la com o povo? Ou convirá que cada um reze isoladamente? O papel do vigário neste caso deve ser o de instruir os fiéis sobre os prós e contras, para eles mesmos tomarem a si a responsabilidade que lhes cabe neste particular.

Surge outro problema quando é preciso construir uma igreja, escola, cinema ou hospital. Quem geralmente toma a frente é o vigário. Este perde tempo e energia nestas obras, quando elas são tipicamente da alçada da "comunidade". Seu papel é instruí-la para que compreenda sua responsabilidade. Não é o vigário que, para estas obras, pede esmolas ao povo, pois não é uma igreja ou escola para o vigário mas para o povo.

Tarefa das mais importantes, de uma comunidade paroquial, é sem dúvida a caridade. Quanto bem moral e material poderia ser feito aos pobres e aos doentes fisicamente e psiquicamente, se houvesse conjugação de forças, se a comunidade tomasse estas tarefas a seu cargo. O exemplo dos espíritas, neste sentido, é humilhante para nós.

Também as associações constituem um dos problemas da paróquia. Deveriam formar, cada qual, uma comunidade em ponto pequeno. Mas o que geralmente se vê, é o vigário ou algumas figuras mandando e desmandando; o resto é como que peso morto. Isto não é de estranhar, uma vez que seus membros só se reúnem na igreja ou num salão, onde a maioria não pode ou não tem coragem de falar. Elas deveriam, ao contrário, procurar reunir-se mais num ambiente familiar e assim favorecer a participação de todos. A igreja é o lugar onde elas rezam em comum, e ouvem a palavra do sacerdote.

c) Base de uma comunidade paroquial.

A base para tal comunidade deve ser a amizade. Uma quadrilha de ladrões também pensa e age em conjunto, muitas vezes, porém, sem esta amizade, unidos unicamente pela ambição. A comunidade paroquial, entretanto, jamais poderá sobreviver sem a amizade recíproca, sem uma conveniência social. Conseguir esta amizade não é tarefa das mais fáceis. Na roça os compadres e comadres se visitam com relativa facilidade. As portas estão sempre abertas, literal e figuradamente. Nas grandes cidades, as casas, os apartamentos, estão como que "fechados" para a convivência social. Aí a família se refugia, instintivamente, como para se defender das condições de vida desumanas das metrópoles. Cada um procura como que recuperar o que perdeu de sua personalidade na vida agitada da cidade. Não se pode fazer realmente uma idéia de como aí são difíceis as visitas não oficiais e de praxe, as visitas de cordialidade. Nem mesmo os que frequentam a igreja se conhecem.

Diante disso, fácil será compreender-se que para se formar uma comunidade paroquial leva tempo, muito tempo mesmo. A amizade e intimidade necessárias não surgem de repente. Elas devem ser cultivadas paulatinamente. No princípio uma timidez, muito natural entre pessoas estranhas, dificultará o trabalho em comum. Não se deve esquecer, entretanto, que há uma influência recíproca: o trabalho em comum cria amizade.

d) Por onde começar?

Para se formar a comunidade paroquial, com que pessoas devemos começar? Como regra geral: com "as da igreja", as das associações. Será preciso, porém, fazer uma seleção, pois nem tôdas têm convivência social, necessária à comunidade paroquial. Muitos de nossos fiéis vivem concentrados em si mesmos, são egocêntricos e até egoístas em matéria de religião.

Assim sendo, dão motivo a que outros falem: é melhor não ser como aquêles que estão sempre na igreja. Muitas vêzes êstes, subconscientemente, procuram na igreja a compensação do que lhes falta na sociedade: procuram então, mandar na igreja, e querem que todos, até o padre, estejam à sua disposição.

Além dos que já freqüentam a igreja, devemos procurar novos elementos. Em primeiro lugar os noivos e recém-casados, e em segundo os pais das crianças do catecismo. Por visitas domiciliares, o vigário poderá fazer um apostolado mais individual e de maior profundidade, apostolado êsse bem árduo e moroso, mas bastante duradouro e compensador, pois "o que anda depressa, não vai longe", mas "devagar se vai ao longe".

Nêstes contatos, êles darão suas opiniões sôbre a paróquia, assim o vigário poderá, mais facilmente, orientar-se em suas decisões. Será o começo da participação dos leigos na vida paroquial; daí por diante, vão, pouco a pouco, se interessando e tomando parte nos seus problemas.

A medida que toma forma esta participação, também cresce a comunidade paroquial. A força motriz é, sem dúvida, o vigário, pois sem êle nada se pode fazer. Sua tarefa principal é: formar, fortalecer e dirigir a comunidade paroquial de que é o chefe ou "leader".

2. Paróquia e Convento

Muitos, entre nós, dizem que não servimos para vigários. Sem dúvida, os vigários seculares levam vantagem sôbre nós em muitos sentidos, mas não nêste muito importante: nós somos muitos. Onde temos uma paróquia, temos também um convento, que conta, às vêzes, com oito ou mais membros.

Infelizmente, não tiramos bastante proveito desta vantagem. O fato de vivermos em convento torna-se, forçosamente, uma desvantagem se nos fechamos demais dentro dos seus muros e se apenas um ou dois de nós nos dedicamos à paróquia, além de cuidarmos ainda das tarefas, às vêzes não poucas, que temos dentro do convento. O convento, entretanto, levará enorme vantagem, se seus membros formarem realmente uma

equipe, e em equipe se dedicarem à paróquia.

Chegamos aqui a um ponto bastante delicado e de importância capital para a nossa vida religiosa. Para muitos o problema se apresenta nestes termos: devemos sacrificar um pouco da nossa vida religiosa para estarmos mais disponíveis para o apostolado paroquial? ou devemos, em primeiro lugar, pensar na santificação própria (pela vida do convento) e no tempo que sobra trabalhar pelas almas? Estando em casa, devemos ser em primeiro lugar cartuxos ou apóstolos?

Formulado o problema desta maneira, necessariamente, há uma oposição entre a vida contemplativa e ativa. Muitas vezes, os superiores vêem-se na necessidade de exortar-nos a que não esqueçamos a nossa santificação e vida de oração, no meio dos trabalhos apostólicos: "Não importa o que fazemos, mas o amor com que o fazemos; nosso trabalho apostólico será em vão, se não nos impulsionar o amor a Deus".

Refletindo bem, parece estranho haver oposição entre apostolado e santificação própria. Por que será que ela existe? Com toda certeza, o ideal é que nos santifiquemos através do trabalho apostólico, como fez o Cura d'Ars. Ou será que este ideal está reservado às almas muito santas? Por que o apostolado tantas vezes dificulta a santificação própria, em vez de favorecê-la?

Certamente há vários motivos, mas um dos mais importantes me parece que seja o não trabalharmos em equipe. Quem trabalha sozinho, precisa ser muito santo para, no apostolado, não se esquecer, um pouco, da própria santificação. Para os que trabalham realmente em equipe, o apostolado, quase que necessariamente, favorece a vida espiritual.

Na França vimos um apostolado totalmente novo: o dos padres operários. Sabemos que grande parte deles não se conservou imune aos perigos do ambiente em que viviam. Roma interveio, e chamou a todos de volta. Depois recomeçou, com certas modificações, este apostolado. Uma de suas principais diferenças é terem os padres que trabalhar em equipe. Agora, "la Mission de France" tem seu próprio seminário, e já durante o tempo de ginásio, os seminaristas aprendem a trabalhar em equipe.

Em Colombe, o Pe. Michonneau e seus auxiliares são um modelo de equipe paroquial. Sim, trabalhando em equipe, é muito mais fácil santificar-nos através do apostolado.

As regras das várias Ordens e Congregações prescrevem, sob uma ou outra forma, a vida em comum. Nem sempre, porém, ela está animada por espírito comunitário, por espírito de equipe. Para tal não é bastante viver sob o mesmo teto, estar na mesma sala, fazer orações em comum. É preciso pensar juntos, planejar juntos e executar juntos.

Em muitas paróquias há o costume que cada padre tenha a seu cargo determinada tarefa: catecismo, revista ou jornal, associações como Pia União, Liga Católica etc. No interior as capelas filiais são divididas e cada padre toma conta de algumas. Neste sistema, cada um trabalha sozinho, e cuida do seu setor sem obrigação de trocar idéias com outros. Como consequência nem sempre estes trabalhos são coordenados e en-

trosados. Não há comunhão de idéias, conjugação de forças, espírito de colaboração entre os vários setores. Choques são inevitáveis. Além disso, quando alguém está bem integrado no seu trabalho, torna-se quase que indispensável. Custa achar um substituto, e na substituição, geralmente, seu setor de trabalho passa por crise. Não há continuação, porque não há equipe. Quando, no fim de 3 ou 6 anos, o vigário é transferido, o povo se pergunta: como vai ser com o novo vigário? Pe. Michonneau conta que em Colombe o povo dizia: Este padre vai embora, mas a equipe continua.

Não é possível mudar de uma vez todo este sistema, além do que trabalhar em equipe é difícil: é algo que se tem de aprender. É preciso sobretudo, humildade.

É incogável que o apostolado traz consigo perigos, tais como: amizades, descuido da vida de oração etc. Quando, porém, houver realmente uma equipe, será muito mais fácil alertar os confrades contra erros e imprudências. Uma vez que na equipe os outros estão integrados em nossos trabalhos, apoiamos-nos melhor neles. Será muito mais difícil, este ou aquele ficar nervoso por causa de acúmulo de serviço, pois sabe que os outros estarão prontos a ajudá-lo, como ele também o está. Quem trabalha sozinho, facilmente tende para o egoísmo, vaidade, satisfação própria. A equipe, por natureza, tende a eliminar tais imperfeições, favorecendo a santificação através do apostolado.

Para formar uma equipe, os padres do convento terão de pensar e trabalhar juntos. Juntos terão de estudar sobre os problemas de confissão, dos batizados, Primeira Comunhão, favelas, visitas domiciliares, doentes etc etc. Cada qual é chamado a pensar e opinar sobre os problemas desta ou daquela associação. Mons. Negromonte contou, como exemplo de trabalho de equipe, que em certo lugar, nas terças feiras, os padres se reúnem para prepararem juntos os sermões do domingo seguinte.

Assim achamos que a vida do convento não constitui impecilho para o apostolado. O espírito comunitário que teremos, então, no convento, facilmente o comunicaremos à paróquia. Se, porém, não o tivermos, como poderemos formar da paróquia uma comunidade? Pe. H. de Greeve dizia: "Homem, começa contigo mesmo".

Hoje em dia, na cura de almas, não basta trabalhar muito, nem basta santidade. Os problemas são tantos que precisamos refletir sobre eles e trabalhar com inteligência. A pastoral contemporânea, então, precedida pela sociologia religiosa, e estimulada pelas autoridades eclesásticas, indica como problema central: a falta de ambiente, falta de convivência social e comunidade paroquial. Indica também como exigência da cura de almas o trabalho de equipe. Se a Regra nos prescreve uma vida em comum, é preciso animá-la com o espírito comunitário. É isto que a S. Igreja espera de nós, nos dias atuais.

LITERATURA

G. Michonneau et R. P. Chéry O. P. "L'Esprit Missionnaire", Paris 1960.

G. Michonneau et R. Maurice, "Pour une action paroissiale efficace", Paris 1954

G. Courtois, "A Arte de ser chefe". 2.ª ed. Lisboa 1956.

PREPARAÇÃO DAS SANTAS MISSÕES

Pc. Astério Pascoal C.M.F.

Nas Santas Missões, a preparação é ponto primordial para o êxito dessa obra que é "a redenção continuada que o Filho de Deus prossegue ininterruptamente no mundo, por meio de seus ministros", na expressão de S. Afonso de Ligório. Parte destacada para "a morte dos vícios e a vida das almas", como São Bernardo chama as Missões, um feliz início, um acertado ponto de partida garantirá o resultado colimado.

Os pregoeiros da verdade adivinham na acolhida que se lhes faz, no preparo feito, o segrêdo do que serão os dias de graça, vendo latejar a vida espiritual das paróquias, entumescer seu entusiasmo, dispender seu fervor para, depois, juntar as almas e encaminhá-las no fecho triunfal da vitória santa de Deus.

I — O Campo Missionário

O simples enunciado das palavras: "campo missionário" traz-nos ao pensamento duas partes atuantes: Missionário e Povo.

O **Missionário** é o enviado por Deus para pregar o Evangelho. É apóstolo. Há apenas a distinção prática de chamarmos "apóstolos aos que receberam diretamente do Senhor essa incumbência ou aos que se distinguem na atividade da pregação da palavra divina. Funda-se essa autoridade no mandado do Salvador, ao despedir-se dos Apóstolos: "Data est mihi omnis potestas in coelo et in terra... Ite, docete omnes gentes, baptizantes eos..." (Mt 28, 18-20). "Qui crediderit et baptizatus fuerit salvus erit; qui vero non crediderit, condemnabitur" (Mt 16).

Tão grande e excelsa missão, provinda do Coração do Divino Mestre, transmite-se aos missionários por meio da competente autoridade, que é o Bispo Diocesano. "Não vou a nenhuma missão — afirmou S. Antônio Maria Claret — sem ser mandado pelo Prelado", para indicar às claras o poder de ensinar inerente aos Bispos, e para mostrar que "está com a Igreja quem está com o Bispo" (São Cipriano).

O panorama da instituição divina do missionarismo católico ex-

punge positivamente os negrumes e procelas pesadas das competições, bandos, partidos. Não existe entre os mensageiros do Reino de Deus qualquer distinção específica, sobrepassando apenas o Evangelho, as almas, os horizontes vastíssimos da eternidade.

Dessas noções elementares flui espontânea a necessidade de o missionário estar bem preparado para a tarefa imensa da Missão que deverá pregar. "State et calceate pedes in praeparatione Evangelii" (Ef 6, 15), sentencia São Paulo. Fica firme, cinge os rins com a verdade e veste a couraça da justiça, para anunciar o Evangelho da paz. "Praeparabunt corda sua" (Ecl 11, 26), parece dizer o Espírito Santo a quem recebe a responsabilidade de reformar e santificar as paróquias pelo meio extraordinário das Santas Missões.

Deve ser cálice a transbordar, íman a magnetizar, sol a alumiar. Na prece ardente, diante do Sacrário, nos dias precedentes à Missão, conseguirá ser cálice de ouro, íman irresistível e sol inapagável. Sem esse preparo remoto, sem a melhoria espiritual, sem o afervoramento do coração, não se atire ao árduo combate e rude peleja que o espera.

A primeira tarefa do missionário, antes de todo empreendimento, é mover o Coração de Deus, tornando-se seu fiel amigo.

Interrogado o B. Ávila sobre o primeiro requisito para pregar bem e com copiosos frutos, respondeu lacônicamente: "Amar muito a Deus". O que vale tanto como dizer: rezar bem e muito, passar longas horas em comunicação, intimidade e união com Deus, haurindo a longos haustos a vida sobrenatural, cingindo-se do halo de santidade, para depois sair ao campo como Davi, frente a Golias, dizendo-lhe impávido: "tu vens armado com ferro e couraça e eu vou contra ti em nome de Deus, com a virtude e força de Deus".

Se bem tantas vezes se repete ao povo que "vive bem quem sabe rezar bem", afirma-se que o missionário preparado com a oração para levar a cabo a tarefa que se lhe confiou, saberá ter uma vida modelar e sairá às paróquias respirando a vida que recebeu no Tabor da oração, irradiando luzes divinas e falando do que está cheio seu coração.

Nas horas passadas em convívio íntimo com Deus, terá visto sua falha, percebido os senões e, ao impulso das graças especiais que Deus concede aos que tomam o máximo interêsse pelo cabal desempenho de seus mandatos, será o "homo Dei" de São Paulo. Estará certo que nada espera de suas qualidades, pois "nada faz quem planta ou rega, senão Deus que dá o viço e o incremento" (1 Cor 3, 7).

Dirão dele a frase que ferrenho discreto disse do Pe. Ravignan: "acredita-se no pregador que vive e respira a fé, pois ao missionário se deve aplicar o que São João Crisóstomo requeria de quaisquer oradores sacros: "brilhe neles uma vida modelar antes que uma atraente facúndia de falar".

Acompanhado dessas armas invencíveis, sirva-se ainda, para a pregação da Missão, do auxílio alheio. Não se acanhe de pedir orações e sacrifícios às almas boas, aos ricos e aristocráticos da virtude, que são as almas humildes, orantes, mártires da dor, heróinas na santidade, de uma

fé que transporta as montanhas, das quais Jeoffrey tinha inveja. Essa praxe tinham os grandes apóstolos das Missões. Queriam enriquecer-se com os merecimentos das virgens eleitas, que, como Teresa de Jesus, Madalena de Pazzi e Teresinha do Menino Jesus, salvaram tantos pecadores.

Até São Paulo recorria a este meio: "Orate pro nobis — escrevia aos Colossenses — ut Deus aperiat nobis ostium sermonis ad loquendum ministerium Christi" (Col 4,3) — orai por nós, para que Deus nos abra a porta da palavra, para anunciarmos o mistério de Cristo.

Inflamado no zelo da caridade, iluminado pela ciência e alicerçado na firmeza (S. Bern., Serm. 20 in Cant.), correrão por conta do missionário os maiores desvelos para que na paróquia a ser missionada se façam todos e cada um dos preparativos convenientes e necessários.

Há de começar por um caridoso e diligente acordo com o Pároco. Estabeleça-se a mais perfeita e mútua compreensão entre o dirigente da paróquia e o enviado de Deus. Que não apareça a menor fresta que anuncie a ameaça e derrubada do edifício a ser construído. Nada estorva tanto ao andamento de uma missão, como a desinteligência entre os salvadores das almas. Entregue-lhe o rascunho do programa a ser executado. Combine os horários. Marque os atos e, ainda que a delicadeza do pároco indique que entregará a paróquia nas mãos do missionário, é obra de gentileza e caridade proceder em tudo com a mais perfeita união de vistas, na preparação e no desenvolvimento das Missões.

Missões sem preparo estão fadadas a um fracasso ou a um resultado mediocre. Não se preguem sem antes, ao menos com três ou dois meses de antecedência, estar a paróquia informada da celebração salvadora da maior graça de Deus.

Espalhem-se programas e cartazes, distribuam-se convites, de modo que nenhum paroquiano possa afirmar que não sabia da missão.

Abram-se, em seguida, as campanhas de oração, de sacrifício. Reze-se a belíssima oração composta para essas ocasiões, em particular ou em comum, após a Santa Missa, terço ou bênção. Ter-se-á empregado um novo meio preparatório para a obtenção dos milagres das conversões e santificação das almas.

Distribuam-se impressos avulsos para os ramalhetes das contribuições espirituais em prol do sucesso missionário, apenas como ensejo do maior estímulo e incitamento entre os paroquianos.

Nem devem faltar, como parcela destacada, nesta empreitada santa, os avisos repetidos do mesmo Pároco, à estação da missa paroquial, nas demais missas, nas rezas vespertinas, explicando a importância das missões, mostrando-se o mais interessado, pois "não quer entrar sozinho no céu, senão acompanhado dos que se salvaram pelo seu zelo" (S. Ant. M. Claret).

Esbraseados os ânimos, ao menos dos bons; cientes os frios e indiferentes da chuva de graças que vai cair sobre a paróquia, sai o missionário ao campo do pai de família. Edificante na pontualidade, humilde e modesto no porte exterior, suavemente tangido de um ar de humildade

e brandura, será recebido pelo povo com a alegria dos grandes e desejados acontecimentos, tendo à frente seu pastor e sentinela indômita, que é o pároco; mas sem as aparatosas exterioridades, sem os foguetórios atordoados, que tragam a recordação de uma festa de arraial ou de um comício de rua, a perturbar ou obnubilar a impressionante serenidade do fato que há de impressionar o povo, no primeiro contato com seu missionário. Quando a recepção tem esse aparato externo, o povo sentimentalista dirá que "foi boa a festa" e, quicá, debande nos outros dias, porque falta a alegria e o reboliço dos sons estrídulos da bandinha ou o vistoso espoucar dos rojões.

Perceberá logo o missionário, no primeiro lance de vistas, o terreno onde vai laborar, a terra que vai amannhar. Agradecerá a recepção. Dissimulará se não estiver como esperava. Deixará tudo indicado. Receiando forte oposição do inimigo das almas, que não falta nas missões, e mesmo para impressionar o povo naquele instante, prepare os ânimos para não causar efeito contrário ao esperado, e faça em público ou a sós, como achar melhor, o pequeno exorcismo que fazia o preclaro e incomparável S. Antônio Maria Claret, aliás com profundo espírito litúrgico. "Satanás e seus vassallos! Como ministro embora indigno de Jesus Cristo e da Santíssima Virgem, mando-vos sair daqui e fugir para o vosso lugar. Mando-vos em nome do Pai, que nos criou; em nome do Filho, que nos remiu da vossa tirania; em nome do Espírito Santo, que nos consolou e santificou. Amem. Ainda vos mando em nome de Maria Santíssima, Virgem e Mãe de Deus vivo, que esmagou vossa cabeça. Afastai-vos, Lúcifer orgulhoso e invejoso. Não impedis a conversão e salvação destas almas" (Vida do Santo, pag. 353, v. I).

Está o campo preparado. Os anjos padroeiros, como soldados invisíveis, protegendo os combatentes visíveis.

2 — Entendimento com as autoridades

E' tão excelsa a honra de ser escolhido para coadjutor de Deus na conversão dos pecadores, que sua dignidade não pára nas regiões angélicas: galga as alturas da divindade (S. Agostinho).

Para o perfeito desempenho dessa dignidade, o missionário tudo deve pôr em jogo e nada preterir como de somenos importância.

A preparação das missões supõe um trabalho prudente e sábio na atuação com as dignas autoridades locais.

"Autoridade é o poder de dirigir eficazmente os membros de uma sociedade à consecução do fim social" ou, como outros dizem, "autoridade são pessoas que exercem jurisdição própria como membros de alguma corporação". Existe, em todo organismo superior ou inferior, como parte essencial e vital do mesmo, derivando-se daí a autoridade civil no Estado, a autoridade paterna na família e a autoridade eclesiástica na Santa Igreja.

Para o nosso caso toma-se esse nome de uma maneira mais ampla, entrando na conta o sr. Prefeito e o presidente da Câmara Municipal,

a Câmara Municipal, o preclaro Juiz de Direito, o integérrimo Delegado de Polícia, o competente Diretor do Grupo Escolar e sras. Professôras.

É obvio que o trabalho de entendimento com semelhantes autoridades refere-se às cidades em geral ou pequenas localidades, não entrando na conta as capitais ou populosas cidades onde o trabalho talvez competiria às dignas Autoridades Eclesiásticas.

A experiência e a prática — mestra da vida — aconselham a mais fina e delicada tática no trato com as autoridades civis, a fim de tirar óbices, remover dificuldades e cortar arestas que possam surgir no desenrolar das missões.

Se prevenir é melhor que remediar, comece este trabalho o Pe. Vigário, antes da chegada do missionário, cientificando-as do projeto em andamento, em favor da paróquia. Por uma visita cordial ou social, quando as autoridades não fossem cristãs ou muito adstritas ao espírito cristão, fiquem informadas, antes que lhes chegue às mãos um programa, impresso, um noticiário paroquial do jornal local ou mesmo um aviso público nas missas.

Essa gentileza lhe ganhará as boas graças. Distinção gentil e fidalga inclinará suas vontades em favor de quanto mais tarde precisar. Por um dever social, por um ato de cortesia, que não falta nelas, oferecerão suas pösses e seus préstimos para tudo quanto o Padre necessitar.

Tirou-se com isso ou removeu-se uma sombra, uma pedra que poderia atrapalhar o empreendimento missionário.

Convidadas depois à recepção, assistindo em lugar de destaque de que muito se ufanam, serão valioso e precioso elemento, em face do povo.

Esse trabalho preparatório deve completá-lo o missionário. Agradeça o comparecimento delas na hora da vibração popular. Saliente na saudação o papel das mesmas digníssimas autoridades. Louve sua fidalguia e religiosidade no dia seguinte, ou na primeira oportunidade; retribua o comparecimento com uma visita pessoal, acompanhado do Vigário.

Então, mais de perto, lance a primeira redada de hábil pescador, tratando de ganhá-los para Deus, com atencioso e fraternal convite aos diversos atos da santa Missão.

Esse entendimento com as autoridades civis tem dado ótimos frutos, admiráveis resultados, pois, além do influxo da autoridade bem disposta em favor da Missão, ajunta-se o exemplo que podem dar ao povo miúdo que fica à espreita do que fazem os graúdos e senhores da população.

Numa cidade a Prefeitura abriu as portas aos trabalhos da Santa Missão. Até aceitou o convite para se consagrar ao Imaculado Coração de Maria. Logo o Sr. Presidente da Câmara convidou os Srs. Vereadores para uma sessão extraordinária. Todos aderem e, no dia marcado, com o prédio enfeitado, bandeiras drapejando, flores trescalando, recebem a visita da Senhora mais linda que se possa imaginar e mais brilhante que os sol. Câmara e Município, autoridades e povo consagram-se à Mãe do céu. Lavra-se vibrante ata assinada pelos missionários, Padre Vigário e Prefeitura em peso, ficando arquivada como testemunho do bom entendi-

mento entre os governantes civis e os responsáveis pelo empreendimento celeste das Missões.

Caso mais expressivo contemplámos numa outra cidade do interior. Ignóbil e malfadada política dividira seus dirigentes. Prefeito e Vereadores não se entendiam com o Presidente da Câmara. Legislativo e Executivo viviam divorciados da ordem e da paz. A Santa Missão serviu para acalmar os ânimos exacerbados. Consagraram-se ao maternal Coração da Mãe de Deus. Uniram-se em aperto de mãos e de corações. Serviu, comentava o povo, para fazerem uma reunião, depois de meses de desinteligência política.

Recorde-se, portanto, que um dos esteios do andamento suave das Missões é a compreensão e entendimento caridoso, respeitoso e amigável com as autoridades locais.

3 — As comissões especializadas.

“Divide et impera”, é sentença assaz conhecida e experimentada. Aplica-se literalmente ao preparo missional que estamos estudando.

São extensas as nossas paróquias. Múltiplos os setores. Diversos os campos de apostolado. Torna-se impossível uma atuação ou ingerência completa e eficaz, por parte do sacerdote encarregado do regime das almas. Ainda que desdobrados os esforços, resultarão deficientes as providências tomadas. Nem contando com a melhor boa vontade e dinamismo de um gigante, poderá preparar convenientemente seu rebanho.

Vê-se a necessidade de servir-se de comissões especializadas, que o auxiliem no labor preparatório.

Três classes de auxiliares distingue a Teologia Pastoral: Ordens Terceiras, Confrarias e Pias Uniões e Ação Católica.

Braços direitos do pároco, soldados de choque ou combatentes de primeira linha, chame-os à liça, reúna-os em conjunto, explique-lhes a magnitude do empreendimento, mova-lhes as fibras mais delicadas de suas almas.

Se, por sua causa, por não trabalharem, as almas se perderem, como dizia para si Puguay, que lhes dirá Deus no dia do juízo? Se por um receio sem base, por um temor infundado, a Santa Missa não der o resultado a esperar, os remorsos de consciências serão lancinantes, terão desertado de seu posto de vigorosos defensores da Igreja, como membros da associação em que militam.

Por sua vez a vitória santa, na colheita farta que loureja, pelas suas dedicações, será diante da divina majestade o seu maior consólo, como o asseverava o Card. Robert, de Marselha, depois de uma missão pregada pelos Padres Redentoristas, com a safra ubérrima de 25.000 conversões extraordinárias que renovaram a face da populosa cidade.

Uma boa organização das Comissões, seguida naturalmente de eficiência prática, terá aberto o campo ao missionário.

Essas dedicadas associações poderão mostrar-lhe o efeito de seu trabalho: “videte regiones... iam albae sunt ad messem” (Jo 4,35). Le-

vanta os olhos e vê os trigais que, dourados, estão preparados para a ceifa.

Estas comissões poderão encarregar-se de diversas secções, classes de pessoas ou necessidades especiais nas reuniões preparatórias.

Haverá comissões responsáveis pela parte espiritual. Cuidará outra da propaganda. Organize-se bem a da recepção e enfeites. Haja outra administrativa. Nomeie-se alguma especial para moças, senhoras, moços e homens. Não se deixe a dos doentes e presos. Entregue-se às professoras a tarefa do mundo infantil. Onde houver considerável número de intelectuais, forme-se uma que, com estratégia mágica, consiga levá-los aos atos da Missão.

Nunca será excessivo ou inoportuno êsse movimento intenso de Comissões. Ninguém o extranha em tais dias e nem se costuma levar a mal a repetição de visitas. Aliás, dá-se assim a impressão de que a paróquia se prepara a uma batalha espiritual, ou de que se encontra já em tenaz e persistente combate.

Chegue-se por essas Comissões ao extremo almejado de não deixar uma pessoa sem ser atingida pelos convites, não lhe dando azo para depois dizer com gesto de admiração: "não sabia das missões, não fui convidada, por isso não assistí".

Afirmamos acima serem as associações religiosas as mais indicadas para esta preparação. É a praxe mais geral, mais fácil e de maiores garantias. Seria, porém, contraproducente, exposto a um fracasso, convidar pessoas desligadas dos sodalícios religiosos, pessoas católicas, mas sem prática de vida cristã. Levantaria celéuma entre as chamadas "mandonas da igreja", ou causaria escândalo entre os demais fiéis.

Nem haveria motivo para isso nem julgamos que seria essa a reação. Certamente seria de poderosa eficácia, quando bem pensado e organizado. Fizemo-lo uma vez, chamando para a Comissão dos moços turma arteira, barulhenta, misturada com alguns marianos. Foi completo o resultado. Tivemos neles os maiores propagandistas, formaram um dos corpos da missão e tornaram-se cristãos práticos, pois a confiança que lhes demos, deixando de lado a admiração súbita do povo, lhes ganhou o coração.

Lembramo-nos de uma comandante da África, que escolheu para seu ajudante de ordens um pracinha de unhas largas, por não chamá-lo ladrão, com palavra mais forte. Todos ficaram boquiabertos, profetizando para breve arrependimento do comandante, o qual nunca chegou. Mas um dia ficou ferido no combate. Chama ao seu lado o ajudante. Entrega-lhe um cheque de 10.000 francos e um crucifixo, dizendo-lhe: "O cheque para ti; o crucifixo para minha mãe. Leva-o quando eu morrer até onde ela se encontra". Veio logo a resposta do soldado: "Desculpe, comandante, o cheque para sua mãe e o crucifixo para mim".

Trouxemos à baila êste fato para confirmar o nosso acerto. Não estaria errado o missionário que chamasse para trabalhar nas comissões certas pessoas talvez arredias da igreja, as quais, com seu influxo e ascendência social, muito poderiam fazer nos preparativos das Santas Missões.

4 — Atuação indispensável do Pároco

A atuação do Pároco, apesar de o missionário ser o responsável imediato da safra espiritual das almas, é indispensável.

Começa procurando ao seu povo esta graça santificadora. Diz o C.I.C.: "Procurem os Ordinários que, ao menos cada dez anos, tenham os párocos uma missão para seus fiéis... O Pároco deve sujeitar-se, ainda que religioso, aos mandatos do Ordinário, no referente à instituição das Santas Missões. Os Ordinários do lugar e párocos encomendem a Deus os católicos que moram em suas dioceses e paróquias" (cân. 1349, 1391)...

Geralmente são os mesmos Párocos os mais interessados em apresentar seus paroquianos com esta graça singular. Com raríssimas exceções, que se poderiam contar com os dedos, o clero secular, zeloso e humilde, sente-se honrado, feliz e desobrigado da consciência, quando pode conseguir o missionário. Se houve, em tempos paleolíticos, quem julgava humilhação, exprobação à sua vida, a celebração das Missões, hoje sucede o contrário, dizendo-nos sinceramente e lealmente pela boca de um deles, como outros muitos poderiam repeti-lo: "Só por ignorância ou falta de vistas é que um pároco poderá omitir a pregação das missões em sua paróquia".

Aceito o compromisso pelo missionário, abre-se ao pároco um panorama imprevisível. Recai sobre seus ombros enorme peso e paira sobre sua alma uma interrogação: serão frutuozas as missões? Renovarão a minha paróquia tão necessitada?

Ao impulso dessa incógnita, dar-se-á sem delongas ao preparo da alma, dando esta primária e essencial contribuição em favor das missões. Há de incentivar a vida de oração. Há de orar como Moisés e Aarão no deserto e, pegando êsse odorífero turíbulo da prece ardente, pedirá ao Senhor que cesse a mortandade espiritual, que se apaguem as divinas vinganças. Aumentando seu tempo de oração, tudo fará para que "de um terreno erizado de cardos e espinhos se faça um campo fertilíssimo", como se conta da paróquia de São Pedro Fourier. Com sobejos motivos se poderá pedir ao pároco êsse acréscimo de vida interior, pois sem oração nada se poderá fazer. "Nada, isto é, nem pouco nem muito, senão nada absolutamente", comenta Santo Agostinho.

Naqueles dias preparatórios converta a paróquia num cenáculo onde os fiéis com êle à frente, animados do mesmo espírito, perseverem na oração (At 1, 4).

Junte a vida de sacrifício pelo triunfo absoluto da campanha missionária. Queixamo-nos por vêzes do povo que não corresponde aos nossos trabalhos. Mas, se o campo não fôr drenado e carpido, que culpa tem não frutificando quanto era de esperar?

"Minha paróquia não progride, as almas não se convertem", falou um pároco ao santo pároco de Ars. Êste respondeu! "Sua Revma. já jejuou e se privou de sono? Experimente e verá os resultados".

Edifique os fiéis com uma vida mais santa, na modéstia, na cari-

dade, na paciência, pois diante de Deus como dos homens "validiora sunt exempla quam verba", escreveu São Leão Magno.

Com essa forte carregação de merecimentos e auxílios espirituais, o pároco recebe o missionário e lhe entrega as chaves da paróquia.

E' que chegou a hora de retirar-se ao silêncio, mutismo e inatividade, como se as missões fossem para êle dias de férias?

Seria um contrasenso e proviriam muitos inconvenientes. O povo não pensaria bem do missionário se tivesse êsse comportamento com o Pe. Vigário. Assuntos que apareceriam na hora, ficariam sem solução. Lógicamente segue-se a consequência da presença indispensável do sacerdote. Há de atuar. Apareçam seus direitos. Não se lhe amesquinhe em face do povo. Procure-se, ao invés, elogiá-lo para que se veja serem idênticos os planos e as finalidades que se procuram naqueles dias.

De uma feita um missionário permitiu-se impensadamente avisar ao povo que eram os missionários que iam tomar a direção da paróquia nos dias das missões. O Pe. Vigário ficará descansado. No dia seguinte, cedo, pessoa devota se aproxima do Pe. Vigário e pede-lhe a comunhão. Os Missionários ainda não tinham acordado. "Chame os padres — foi a resposta dele — Eu não mando nestes dias na paróquia".

Superando essas barreiras, cortando os arames farpados das incompreensões ou possíveis desinteligências, é que insistimos na atuação premente do Vigário.

Acuda a êle o missionário. Consulte horas e tempos mais oportunos. Exponha-lhe o programa ou especialidades de cada dia. Que não precise informar-se pelos avisos dados ao povo ou que não fique sem saber o que vai se fazer. Entregue-se-lhe por inteiro o trabalho propriamente paroquial, como sejam batizados e casamentos. Mesmo nas confissões não se omita seu auxílio. Não haverá risco de alguns fiéis fazerem confissões sacrílegas por falta de confessores de fora, uma vez que ali está o missionário para a escolha livre do confessor.

Procure-se ainda que êle celebre as missões de comunhões gerais, em que terá prazer, pois, ao ensejo delas, poderá ver ovelhinhas tremalhadas que nunca apareciam na igreja, e agora lá estão para que o seu pastor as alimente com o pão eucarístico. Acuda-se, em fim, ao mesmo Pároco, em tantos misteres materiais que ocorrerão no jornadejar das missões; ordem ou itinerários das procissões, batida de sinos, arrumação das ruas, informações sobre casamentos...

Com essa atuação constante, o padre estará ocupado, sentir-se-á feliz e ficarão de lado ocasiões ou pretextos de desavenças ou pessimismo que estorvariam a jornada missionária.

(continuará no próximo número)

ASSISTÊNCIA AO LITORAL DE ANCHIETA

Madre Jeanne, C.R.S.A.

I — Fundação

A Assistência ao Litoral de Anchieta, criada em 1939, teve como fundador e orientador D. Paulo de Tarso Campos, então bispo da Diocese de Santos e hoje Arcebispo de Campinas e Reitor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Em 1935, logo ao assumir a direção de seu rebanho, D. Paulo lançou o seu olhar de pastor vigilante por toda a sua diocese, que se estendia, ao norte, até o Estado de Rio de Janeiro, e ao sul, até o Paraná. A leste, 600 km. de praia; a oeste, a extensa marulha da Serra do Mar.

Da sua primeira visita pastoral, trouxe D. Paulo a impressão que todos ressentem ao percorrer a longa faixa litorânea do nosso Estado: a beleza deslumbrante do cenário em flagrante contraste com a miséria da sua gente.

Angustiosos problemas se apresentaram ao seu zêlo apostólico; escassez do clero, 3 ou 4 sacerdotes perdidos em suas imensas paróquias, nenhuma casa de religiosas, abandono quase completo de uma população segregada do planalto pela falta de transportes e caracterizada pelo analfabetismo, padrão de vida e índices sanitários extremamente baixos.

Analisando esse quadro desolador e a maneira de melhorar a situação da vida dos litorâneos, resolveu D. Paulo iniciar esse trabalho pela reconquista da mocidade feminina. Organizou as "Caravanas Marianas", isto é, visitas periódicas de Filhas de Maria de Santos às diferentes localidades do litoral. Durante três anos consecutivos, sob a orientação direta de D. Paulo, incansável, as caravanistas percorreram o litoral de norte a sul, preciosas colaboradoras dos vigários locais.

Mais tarde, julgou D. Paulo que a ação das Caravanas deveria ser completada por uma obra de maior vulto. Criou então, em novembro de 1939, a "Assistência ao Litoral de Anchieta", assim denominada em memória do grande jesuíta missionário, o Venerável José de Anchieta, que séculos atrás, evangelizara essas mesmas praias.

Com uma clarividência extraordinária, delineou-lhe os objetivos:

— Irradiar os benefícios da civilização cristã entre as populações

do litoral por meio da formação de líderes da juventude feminina. Escolher os elementos aptos, formá-los e devolvê-los ao meio para que sejam como o fermento que vai trabalhar a massa.

Colaboraram, na fundação da A.L.A., a Federação das Filhas de Maria de Santos e as Cônegas Regulares de Santo Agostinho, que forneceram a sede e deram todo o apoio e assistência aos trabalhos.

Posteriormente, ao ser transferido para a diocese de Campinas, D. Paulo entregou a direção da A.L.A. às religiosas acima mencionadas.

II — Organização e Métodos de Trabalho

Como tão bem compreendeu D. Paulo, é de grande importância o papel do líder no processo de desenvolvimento da comunidade. Por essa razão, torna-se indispensável a formação e o treinamento desses elementos, que irão atuar em seu próprio meio.

Esse trabalho compreende: a seleção dos elementos; a formação e o treinamento das líderes; a supervisão e orientação dos trabalhos das líderes em suas localidades.

A A.L.A. consegue realizar esses objetivos, através dos seguintes setores que se completam: Centros de Formação e Treinamento de Líderes; Centros Sociais; Caravanas.

1.º — Centro de Formação e Treinamento de Líderes

Estes Centros preparam, em regime de internato, elementos do sexo feminino selecionados em viagens de recrutamento à zona rural.

Escolhidas dentre aquelas que denotam qualidades básicas de liderança, são convidadas a tomarem parte nos estágios dos Centros que reúnem grupos de 20 a 25 moças de diferentes localidades.

Logo ao chegarem, são encaminhadas aos consultórios médicos e dentários, sendo-se-lhes dispensados todos os cuidados necessários para a melhoria da saúde.

Estes estágios, com a duração de 4 a 8 meses variavelmente, desenvolvem um programa intensivo que compreende:

Formação religiosa, moral e cívica:

Instrução religiosa; Formação de catequistas; Crendices e superstições; Comemorações das datas nacionais.

Formação social:

Noções de serviço social; Noções sobre o trabalho de comunidade; Círculos de estudos para o desenvolvimento do espírito de associação, iniciativa e senso de responsabilidade; Recreação.

Formação intelectual de base:

Noções de português, aritmética, história, geografia, ciências e canto orfeônico.

Higiene e profilaxia:

Profilaxia das doenças mais comuns ao meio: amarelão, maleita e

tuberculose; Combate ao alcoolismo; Enfermagem doméstica: praticam na farmácia da A.L.A. e na Santa Casa de Santos; Higiene pessoal e da habitação; Preparação ao casamento; Puericultura: praticam nos Postos de Puericultura e Secção de Pediatria da Santa Casa.

Formação doméstica:

Instaladas num ambiente simples e sadio, as estagiárias desempenham alegremente todas as atividades domésticas. Obedecem a um sistema de rodizio, de maneira a permitir que aprendam de tudo: Economia doméstica; Serviços domésticos; Arte culinária; Indústrias caseiras e de ornamentação; Corte e costura; Trabalhos manuais; Horticultura; Avicultura; Cunicultura; Apicultura.



Tudo está preparado e organizado para despertar e desenvolver nas futuras líderes, a consciencia da sua responsabilidade e treina-las para o trabalho que deverao empreender.

Seguem-se, pois, ao programa de formação, visitas organizadas aos bairros vizinhos. Divididas em grupos, cada qual com sua chefe, reúnem-se aos sábados para o planejamento das atividades. Após os debates, recebem instruções necessárias tanto para as visitas domiciliares como para o ensino do catecismo e a execução da parte recreativa. Por ocasião dessas visitas de treinamento aos bairros, observa-se o aumento de capacidade, desembaraço e senso de responsabilidade de cada uma, assim como a maior boa vontade e interesse em corresponder, da melhor maneira possível, ao que delas se espera.

Após o estágio, a A.L.A. mantém contacto com as ex-estagiárias — agora alaiastas — por meio de correspondencia particular, cartas circulares e viagens das caravanistas, que lhes recordam os ensinamentos recebidos, estimulando-as no trabalho para que não esmoreçam. Muitas são convidadas para voltarem à A.L.A. em visitas particulares ou em grupos para um segundo estágio de aperfeiçoamento.

Atualmente, funcionam três Centros de Formação e Treinamento: um na sede em Santos, o segundo na zona rural de Apiaí e o terceiro no litoral norte, em Ubatuba. O primeiro, a partir de 1939, já recebeu 1.241 moças aproximadamente para os estágios de formação; o segundo, fundado em 1955, recebeu 93 moças da zona de Apiaí, e o terceiro, criado recentemente, destina-se às filhas de pescadores de todo o litoral norte do Estado.

2.º — Núcleos Sociais Rurais

Os elementos treinados voltam às localidades, com a tarefa de transmitir às famílias e comunidades, os conhecimentos adquiridos, realizando verdadeiro trabalho do meio sobre o meio.

Servem também de intermediários entre a população rural e os seguintes serviços da A.L.A.

Assistência material: distribuição de roupas, alimentos, remédios,

objetos escolares, prêmios e presentes de Natal.

Encaminhamentos de casos sociais: regularização de casamentos, assistência a menores abandonados e a doentes desprovidos de recursos.

Organização de movimentos: religiosos, benéficos, cívicos e recreativos.

Nos lugares onde há várias alaístas, elas procuram entrosar-se para conseguirem melhores resultados. Formam-se então pequenos grupos que se reúnem mensalmente sem local determinado, em sistema de rodízio, em suas próprias casas. Procurando atrair para o grupo as demais moças do lugar, vão progredindo lentamente, constituindo os Núcleos Sociais Rurais.

Para poderem exercer importante ação educativa sobre o meio, os Núcleos Sociais devem adquirir forte expressão social, motivo pelo qual procuram incluir, em sua diretoria, autoridades e elementos de certa influência local; despertando-lhes o interesse pelos trabalhos e obtendo sua colaboração: uns cedem casas ou salas para o funcionamento dos trabalhos e terrenos para instalação da horta-modélo; outros colaboram no programa, responsabilizando-se por algumas aulas e participando dos movimentos benéficos; os vigários dão todo apóio e assistência possíveis.

Programa de Formação nos Núcleos:

1.º) Formação Religiosa e Moral: a) Palestras; b) Círculos; c) Leituras.

2.º) Formação Doméstica: a) Pequenas indústrias com aproveitamento da matéria-prima da região: fibras e conchas; b) Corte e costura; c) Arte culinária; d) Higiene da casa, do corpo, da alimentação; e) Preparação ao casamento; f) Puericultura; g) Enfermagem doméstica; h) Horticultura, floricultura, jardinagem; i) Avicultura, apicultura e cunicultura.

3.º) Formação Social-recreação: a) Passos e excursões; b) Jogos de salão; c) Competições esportivas; d) Cantos folclóricos; e) Festas e comemorações.

Programa de Irradiação dos Núcleos sobre a Comunidade

1.º) Setor de Formação Religiosa: a) Campanha do terço em conjunto (na falta da missa); b) Preparação do Natal; c) Campanha junto às professoras para introduzirem aulas de catecismo na escola; d) Campanha da Comunhão Pascal; e) Campanha da intronização das imagens do S. C. de Jesus e de Maria nos lares; f) Combate às crendices e superstições.

2.º) Setor de Formação Social: a) Jogos; b) Cantos folclóricos; c) Teatrinho de fantoches; d) Quermesses e festas benéficas; e) Assistência aos doentes e necessitados; f) Encaminhamentos; g) Entrevistas sociais; h) Visitas domiciliares.

3.º) Setor de Formação Intelectual de Base: a) Campanha da boa leitura; b) Organização de bibliotecas circulantes; c) Alfabetização de adultos.

4.º) Setor Médico-sanitário: Círculos e palestras sobre: a) Higiene

da habitação, água e vestuário; b) Alimentação: campanha do leite, filtro e soja; c) Organização da farmácia caseira; d) Aplicação de injeções e pequenos curativos; e) Organização do Clube das Mães.

5.º) Setor de Formação Doméstica : a) Cursos de bordado; b) Cursos de corte e costura; c) Confecção de flores; d) Arte culinária; e) Formação ao casamento; f) Puericultura.

6.º) Setor Agro-pecuário : a) Campanha da horta caseira; b) Distribuição de sementes; c) Orientação sobre o plantio; d) Escolha do solo; e) Métodos de extinção de formigueiros; f) Criação de aves e coelhos.

7.º) Sctor Econômico : Organização de pequenas lojinhas para facilitar a venda de produtos de difícil aquisição como : leite em pó, fazendas para uniformes, material escolar e medicamentos.



Os Núcleos Sociais Rurais se desenvolvem alguns lentamente, outros adquirem com rapidez forte expressão na comunidade.

Os seguintes trechos de cartas, com uma linguagem bem peculiar, darão idéia exata da vida em alguns Núcleos :

...Madre, aqui vamos levando uma vidinha apurada. Tem dia que não sabemos o que vamos fazer primeiro. Tôda noite vamos dormir pelas 11 e 12 horas. Reunimos na casa da vovó: Alina, Jovita e eu para fazer as flores para enfeitar os andores. O núcleo vai bem graças a Deus. A máquina não tem sossêgo, pois tem muita costura e muitas moças e senhoras costuram todos os dias. Compramos retalhos para fazer roupas para crianças e já estamos fazendo. Entraram mais três mocinhas para trabalhar conosco, de pouco em pouco vai aumentando o número de moças. Os livros que trouxe estão espalhados, de hoje em diante vou reunir para mandar. Os bailes aqui moderou, graças a Deus.

...O catecismo está sendo ensinado só na igreja. Falei com a professora se era possível ela ensinar o catecismo na escola. Tive esta resposta: "não tenho jeito para isso". Palavra que fiquei com vergonha. Achei que devíamos esforçar com as crianças na igreja, que na escola está desageitado.

...Depois que organizei a sala onde ia ser distribuído o leite, eu fui ver uma senhora que estava faltando. Ela deveria estar numa casa vizinha. Uma tinha queimado a mão. Essa senhora e mais outra vieram pedir para matricular os filhos. Pediram tanto que fiquei com pena. Pediram para eu dar um jeito. Então eu disse que ia ver. Deus dará um jeito para tudo. Elas ficaram contentes por eu dar esperanças. Acabandô, pedi para cada mãe rezar para realizar tudo bem. Depois a diretora leu no caderno de puericultura sobre o cuidado que a mãe deve ter antes e depois de nascer a criança. E como nasce a criança so-dia. Ela leu e explicou. Antes dessa leitura eu retirei tôdas as meninas para fol-rá. Terminando as meninas voltaram novamente.

De acôrdo com as possibilidades e os interêsses locais, os Núcleos desenvolvem as mais diversas atividades: promovem festas e quermesses para a construção da sede própria; colaboram nas festas religiosas da paróquia; ensinam o catecismo; promovem cursos de corte e costura;

instalam bibliotecas fixas e ambulantes; criam pequenos bazares para facilitar a venda de produtos de difícil aquisição; visitam as famílias; encaminham doentes aos médicos e hospitais; tratam da regularização de casamentos; alertam a população para os hábitos de higiene; orientam as mães sobre a importância da alimentação; incentivam as campanhas do leite, da soja, da horta caseira, filtros e fossas higiênicas; despertam o interesse do litorâneo para a riqueza do solo, fazendo-o amar a terra e mostrando-lhe como pode ser útil à comunidade em que vive.

3.º — Caravanas ou Serviço de Supervisão das Atividades das Alaístas

Este serviço é feito através das visitadoras rurais — caravanistas — em visitas periódicas às localidades onde funcionam os Núcleos ou residem alaístas (egressas dos Centros de Treinamento), para incentivá-las e orientá-las na formação dos grupos e futuros Núcleos.

Desenvolvem as caravanistas as seguintes atividades:

- a) Recrutamento de líderes para os estágios nos Centros de Formação e Treinamento;
- b) Visitas domiciliares e entrevistas para a orientação das atividades das alaístas em localidades onde não há Núcleos formados;
- c) Supervisão e orientação dos Núcleos Sociais, por meio de reuniões, círculos, palestras, de acordo com o programa elaborado na sede e as necessidades e os problemas locais;
- d) Viagens de conhecimento e estudos para a fundação de novos Núcleos Sociais.



A A.L.A. mantém um corpo volante de caravanistas composto de religiosas, assistentes sociais, professoras e enfermeiras. Lança mão também, e com resultados excelentes, de alaístas que mostraram qualidades especiais de liderança. Todas recebem na sede a formação especializada que requer o desempenho eficiente dessas atividades.

A partir de 1939 até o fim de 1957, a A.L.A. realizou 1.688 caravanas aproximadamente tendo já visitado 150 localidades.

Para ilustrar o trabalho das caravanas, citaremos em 1.º lugar, uma experiência típica narrada pela caravanista Anna Maria de Sampaio Freire, co-fundadora da Ala.

Como exemplo de um trabalho de comunidade, escolhemos o que foi realizado por uma equipe de técnicos na Ilha de São Sebastião. Integraram-se nesta equipe três entidades: a A.L.A., a Caravana Social Litorânea e a Campanha Nacional de Educação Rural. Compunham-na 8 pessoas: 2 sacerdotes, 1 agrônomo, 1 dentista, 1 enfermeira, 1 assistente social e 1 professora.

Logo de início, a caravana se instalou na Praia de Barreiros e no dia seguinte começou o trabalho elaborado previamente.

Visitadas as praias de Barreiros, Siriúba e Jabaquara, rumaram para Sombrio, pôrto que dá acesso ao farol da Ponta do Boi. Na volta,

a equipe trabalhou em mais quatro praias: Serraria, Estácio, Guaxuma e Armação.

Cada membro da equipe zelou cuidadosamente pela execução do programa a êle confiado.

O agrônomo ensinou, praticamente, os métodos mais fáceis e eficientes para a extinção de formigueiros, o preparo e as sementeiras de hortas, a melhoria dos barcos e rédes de pesca, etc.

O dentista procedeu à extração de 128 dentes. O enfermeiro fez curativos e ministrou doses de medicamentos para o combate à verminose, tendo dado 315 consultas.

A assistência social e a professôra encarregaram-se, não só do recrutamento das futuras estagiárias, como também, através de inúmeras visitas domiciliares e aulas de catecismo, prepararam os caminhos para os outros componentes da equipe.

Com muito respeito e piedade os habitantes das praias assistiam à missa diária e grande número se aproximou dos Sacramentos.

À noite, depois da reza, o Diretor da Caravana exhibia filmes educativos e um filme sobre as atividades da A.L.A., o que constituiu um verdadeiro sucesso, crescendo o número de candidatas aos estágios.

Tôdas as noites, reunia-se a equipe para o confronto dos trabalhos e a discussão dos problemas, os mesmos de todo o litoral, acrescidos pela distância e o isolamento da ilha.

Foi penosa esta caravana, exigiu de seus componentes bastante sacrifícios. Grande parte da viagem foi feita pelo barco Iperoig, sem conforto algum, expostos à chuva e ao vento, e algumas vezes, esteve o barco ameaçado de ir ao fundo.

Mas é inesquecível a hora do serão na Ponta do Boi: sentados em caixões de guerozene ouvíamos dos faroleiros a narração dos naufrágios ocorridos ali perto do farol.

Como resultado dessa caravana, ficou resolvida a criação de uma escola profissional para meninos, filhos de pescadores do litoral-norte. Para isso, seria escolhida a praia do Barreiros pela sua situação estratégica.

Graças aos bons resultados obtidos pela A.L.A., a obra que iria beneficiar a juventude masculina do litoral, seria organizada nos moldes daquela instituição".

* * *

Agora o esforço corajoso e perseverante de uma alaísta em visita de supervisão a duas localidades:

"Comecei as caravanas na semana passada, fiz apenas duas. Lagoinha e Rio das Pedras, não fui feliz porque o animal que fui nêle caiu por cima da minha perna direita que quase quebrou, está azul até agora. Se eu não fizesse de coragem, voltava do caminho, mas achei que era demais, continuei a viagem e não é que inchou o meu pé e não coube no sapato? Passei uma vida apurada. Madre, eu estou sem sorte com

as caravanas em Lagoinha. Aquela primeira vez que fui, era tempo de muito apuro no serviço, não encontrei quase ninguém. Muito menos nesta, tive a infelicidade de chegar bem no dia que tinha saído um caminhão de gente para Iguape. Estava completamente surdo o lugar. Conversamos com um senhor para avisar que no dia 12 e 13 estamos lá, se Deus e Nossa Senhora ajudar. De Rio das Pedras, fomos muito bem. Estou que nem sei o que fazer primeiro, se eu pudesse me repartir em duas ou três, achava bem bom. Mas ei de vencer com Deus adiante e mais algumas almas caridosas. Madre, achava bem bom se a senhora consentisse que a Jandira fizesse caravana junto comigo, então faríamos mais proezas nesses bairros longínquos”.



Caravana de estudo e conhecimento da zona, realizada pela A.L.A. em conjunto com a Caravana Social Litorânea e a Sociedade Pró Educação e Saúde de São Paulo, narrada por um dos membros da equipe:

“No barco do Sr. Albino rumamos para a praia da Almada situada a 2 horas de distância de Ubatuba. Mar grosso. Natureza belíssima. Um esplendor do Criador que não se repete!

Ao passar pela praia do Felix, o diretor da Caravana Social Litorânea, Padre João Beil, ex vigário de Ubatuba, serviu-se de um chifre de boi para chamar os pescadores que se encontravam na praia. Imediatamente uma frágil barquinha é lançada ao mar. Alegria de ambas as partes ao se reconhecerem. Pede o padre que os moradores do Sertão de Ubatumirim sejam avisados que haverá missa, confissão, batizados, casamentos e crismas. Seguimos viagem para aportarmos na Almada.

Pertinho da praia, a escola pequenina; mais adiante algumas casas de pescadores, cobertas de telha e bem apresentadinhas. As crianças achavam-se em hora de recreio e brincavam alegremente. Acorreram para receber as visitas, mas ao me verem — fui a primeira a descer — recuaram, pois nunca haviam visto uma religiosa. Aproximei-me deles amigavelmente e logo fizemos amizade. Padre João é recebido com muito entusiasmo por todos os que o conhecem e estimam como um pai e amigo. D. Virginia é como a advogada do lugar. E’ a ela que recorrem em caso de dificuldade, de doença. Os adultos são todos analfabetos. Só as crianças estão se beneficiando da aprendizagem na escolinha aberta há pouco tempo pela Sociedade Pró Educação e Saúde que tem por presidente D. Virginia Lefèvre. Vivem da pesca e da lavoura. Lutam com a vida rude do mar e as dificuldades da plantação, facilmente devorada pelas terríveis formigas saúvas.

Na praia, uma pequenina capela de telha vã abre suas portas para o mar e contempla um panorama grandioso cercado por montanhas que se perdem na bruma do horizonte.

Após o almoço, brinquedo com as crianças, finalizando com uma aula de catecismo, todos sentadinhos em semi-círculo na praia.

Fiz algumas visitas domiciliares às famílias dos pescadores. A

professôra do lugar, moça católica e gentilíssima, acompanhou-me.

As 5 horas, enquanto o padre João confessava, tratámos de pôr em ordem os papéis de batizado, casamento e crisma. Alguns nem sabiam bem as datas de nascimento. Seguiu-se a missa à qual compareceram 23 crianças, 26 homens e 49 mulheres.

Após o jantar rezamos ainda o têrço na capelinha seguindo-se confissões de homens, principalmente.

Ficámos alojadas, à noite, na sala da escola. Algumas carteiras foram recuadas e duas largas esteiras estendidas no chão. A professôra e sua irmã dormiram no quarto ao lado. Nenhuma instalação sanitária! Água a ter de ser buscada numa bica a distância da escola. Tudo primitivo e rude.

No dia seguinte pelas 7 horas começaram a chegar de todos os lados habitantes das vizinhanças. Ao longe, no mar, apontava nova barquinha em busca da praia da Almada, trazendo crianças e senhoras para a Missa, batizados e crismas. Comovedora essa correspondência ao chamado do padre. Sinal de quanto o povo é tradicionalmente religioso. Procura ter os filhos batizados. Já o casamento religioso é mais descuidado. O civil nem existe para êles. Grande tem sido o trabalho de D. Virgínia que vem procurando regularizar a situação do caiçara para que amanhã não seja êle vítima da ganância do homem da cidade, desejoso de ter terrenos naquelas praias belíssimas.

As 8 horas, missa. Compareceram 69 homens, 52 mulheres e 65 crianças. Houve 20 batizados, 2 casamentos, umas 70 crismas, 70 confissões e 50 comunhões. Muita gente veio a pé do Sertão de Ubatumirim, andando 3 horas debaixo de sol forte.

A pedido do padre João dei explicações a respeito da Obra da ALA e da ALA masculina. Ao insistir na necessidade das moças virem aperfeiçoar-se na A.L.A. mostrei que mesmo os noivos deviam fazer questão disso, sobretudo por serem as mocinhas tão novas. Uma delas de 15 anos já está noiva. Alguns rapazes ao ouvirem isso pularam fora da capelinha, acanhados. Tive oportunidade de falar novamente com êles na praia. Como nenhuma moça saiu de lá ainda para vir para a A.L.A. temos que ir devagar. Assim mesmo tomei o nome de possíveis candidatas. Trazê-las para a sede em Santos parece-nos inoportuno. Sentirão por demais a diferença e sentir-se-ão desajustadas. É indispensável que, o mais depressa possível, possamos ter um novo Centro de Formação no litoral-norte, semelhante ao de Apiaí, para podermos atender a essas mocinhas".

III — Colaboradores da Obra

A A.L.A. tem encontrado muita simpatia e apoio por parte de todos quantos compreendem o grande alcance educativo da obra.

Médicos, dentistas, professores, emprestam-lhe graciosamente sua valiosa colaboração. Outros cooperam inscrevendo-se na rede de contribuintes.

Além de subsídios oficiais, a A.L.A. tem conseguido firmar vá-

rios convênios com a Campanha Nacional de Educação Rural, a Legião Brasileira de Assistência, a Merenda Escolar, o Serviço Social de Menores e, em vias de ser ultimado, o convênio com o Serviço Social Rural. Essa colaboração tem-se revelado muito eficiente: auxiliando a A.L.A. a realizar os seus objetivos, essas entidades aproveitaram a sua organização para espalhar seus benefícios em postos avançados já atingidos pelos trabalhos da A.L.A.

IV — Conclusão

Ao relatar a experiência que a A.L.A. vem realizando, há 18 anos, no litoral paulista, procurámos focalizar, não tanto os resultados que dificilmente se poderiam expressar em números, mas sobretudo a fórmula e os métodos que orientaram seus trabalhos.

Pensamos que essa fórmula é feliz e os métodos se revelaram eficientes, a pesar das deficiências inevitáveis dos que as empregaram, da complexidade da obra pela extensão demasiada da zona de ação e das inúmeras dificuldades inerentes ao processo educativo e a todo trabalho de recristianização.

Sendo os problemas do litoral, com poucas diferenças, os problemas do nosso "hinterland", parece-nos que obras semelhantes à A.L.A. poderiam beneficiar outros rincões do Brasil.

ESTRANHA IDÉIA

Pe. Irineu Leopoldino de Sousa SDB

Chegou nestes dias ao nosso conhecimento um projeto do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes — IAPC — que achamos muito estranho, e nos pareceu bem informar a respeito aos Superiores e Superiores das casas religiosas. É o que fazemos nesta página de nossa Revista.

Trata-se de estender, em caráter facultativo, aos Religiosos e Religiosas, o amparo da previdência social, prestada por aquele Instituto aos seus associados. Achamos estranha a ideia, e não pudemos averiguar de onde tenha partido a iniciativa, se de eclesíasticos, ou de elementos civis do próprio Instituto. Em nenhum congresso nosso, em nenhuma assembleia, esta ideia jamais surgiu.

O projeto em preparação é pequeno, e muito bem redigido, não havendo nele nenhuma impropriedade de termos. Os Religiosos e Religiosas, em caráter facultativo ou espontâneo, poderiam ser segurados do IAPC, inscrevendo-se como contribuintes. A inscrição deveria ser requerida pelo Superior da Congregação, com a manifestação de concordância. E as duas quotas mensais do religioso como segurado, e da Congregação, — a semelhança dos demais segurados, para os quais se reúne a parte do empregado e a do empregador — devem ser recolhidas pela Congregação. No prazo de 180 dias da publicação do projeto, esta inscrição poderia ser feita sem exame médico, e independentemente do limite de idade. Depois, terão que ser observadas as disposições comuns da lei. Estas, em síntese, as disposições e determinações do projeto, que não julgamos necessário reproduzir aqui.

Os benefícios que o IAPC promete aos seus segurados são os seguintes: auxílio-doença, seguro-invalidez, seguro-velhice, seguro-morte (que beneficia os herdeiros naturais); auxílio-natalidade (na razão de um salário-mínimo para cada filho que nasce na família do segurado, pago uma só vez), auxílio-funeral (nas mesmas bases que o anterior), pecúlio (que somente funciona em benefício dos funcionários do IAPC), serviços médicos, empréstimos simples e imobiliários, e assistência jurídica.

Dêstes benefícios, alguns não se aplicam de forma alguma aos religiosos, como o auxílio-natalidade e o empréstimo simples, o qual contraria frontalmente o voto de pobreza. Outros, como os empréstimos imobiliários, que poderiam interessar às nossas obras, para financiamento de construções, já nos são teoricamente assegurados da mesma forma, porque toda casa religiosa, com muito poucas exceções, tem empregados, e por esta razão já são contribuintes do IAPC. Na prática, sabemos que é muito difícil conseguir êstes financiamentos para construção ou ampliação de nossas obras.

Cada religioso segurado deverá recolher mensalmente, sobre o teto mínimo correspondente ao salário mínimo da região, as seguintes parcelas: 8% do indivíduo, 9% Congregação, 2% para o SAM, 0,5% para LBA, 2% para o SESC, e 0,3% para S.S.R. (Serviço Social Rural). Ao todo, estas porcentagens representam 23,5% do salário-mínimo. Atualmente, no Rio de Janeiro, isto significaria um recolhimento mensal ao IAPC, para cada religioso, de Cr\$ 790,00 (setecentos e noventa cruzeiros). Com o nível novo de salário mí-

nimo previsto para Janeiro de 1959, na base de Cr\$ 6.000,00, o recolhimento mensal per capita sera de Cr\$ 1.248,00 (num mil duzentos e quarenta e oito cruzeiros). Ora, nos somos, entre sacerdotes, teologos, filosofos, irmãos, religiosas e noviças, 41.221, segundo dados que estao no Anuario de 1958, já no prelo. Para que a previdencia possa valer e ser aproveitada, devem ser todos inscritos, porque ninguem pode prever quem de nos vai ficar doente ou inválido. Por isto mesmo, numa empresa, num collegio, todos os empregados são obrigatoriamente segurados do IAPC. Neste caso, o volume da arrecadação mensal, nos niveis atuais, sera de Cr\$ 57.309.350,00 (trinta e sete milhões, trezentos e nove mil, trezentos e trinta cruzeiros). Multiplicado por 12, teremos a arrecadação anual. Nos niveis do proximo salario minimo, sera de Cr\$ 58.939.296,00 (cinquenta e oito milhões, novecentos e trinta e nove mil, duzentos e noventa e seis cruzeiros).

Não sei até que ponto o sistema de previdência social previsto no decreto em elaboração, se conformaria com a pratica do voto de pobreza. O sistema previsto, ou outro qualquer deste genero. Assunto para os peritos em direito canonico resolver.

Mesmo, porém, sem considerar este aspecto religioso e canônico, que certamente não existe para os nossos colegas sacerdotes do clero secular, do ponto de vista meramente financeiro e economico, seria um grave prejuizo para as Congregações Religiosas. Seria muito mais interessante fazer uma previdência religiosa própria. Com as importâncias acima, recolhidas mensalmente, seria possível certamente atender a todos os imprevistos e a qualquer forma de invalidez, e ainda sobraria muito dinheiro para financiar a construção e ampliação de nossas obras.

De qualquer maneira, o decreto projetado é impraticável, irrealizável, de maneira eficiente, para os religiosos e as religiosas. Porque as Congregações não dispõem da fabulosa soma de quase um bilhão de cruzeiros anuais para segurar eventualmente um ou alguns, torna o sistema absolutamente inócuo. Somente por sorte poderá acontecer que precise da previdência social exatamente aquêle que foi segurado. Ou todos ou nenhum.

Não só por estas razões intrínsecas nos pareceu estranha esta iniciativa. Também por outros motivos. Num momento em que os Poderes Públicos estão em grande atraso no pagamento das verbas, federais, estaduais e municipais, em todo o Brasil, devidas às instituições de educação e de assistência, neste momento um órgão governativo nos propõe um sistema que, se se generalizar, e para ser eficiente, provocará mais uma enorme evasão de numerário, das instituições educacionais e assistenciais, para os cofres públicos, quando a reta ordem das coisas pede exatamente o contrário.

Os órgãos governamentais não prestam nenhuma atenção à situação peculiar do religioso que, em força do voto de pobreza, não é realmente proprietário dos bens porventura intitulados ao seu nome pessoal, e que de fato são propriedade da Congregação Religiosa. Levada em consideração esta situação peculiar, os religiosos imigrantes e missionários poderiam gozar de isenção de impostos alfandegários para os equipamentos que trazem consigo. Entretanto, não há dispositivo nenhum legal concedendo-nos esta isenção, e quando se consegue, é caso por caso, com enormes dificuldades.

A lei 3.193, de 1958, regulamentando o texto constitucional, garante às instituições educacionais e assistenciais a isenção de impostos. A Constituição Federal, artigo 31, inciso V, letra b, proíbe à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, lançar impostos de qualquer natureza sobre as instituições religiosas, de educação ou de assistência, desde que não enviem dinheiro para fora do país, e apliquem integralmente toda a renda na manutenção e desenvolvimento das próprias finalidades sociais. Esta isenção de impostos viria beneficiar largamente nossas obras. Ora, os processos se encontram empilhados no Ministério da Fazenda, sem despacho.

Os bolsistas religiosos, que estudam no exterior, não gozam de nenhuma concessão cambial, devendo suas despesas ser pagas ao câmbio livre do dia. Com isto se teve que reduzir grandemente o número de estudantes no exterior, com grave prejuízo para o desenvolvimento da vida religiosa.

Nestas condições, parece-nos estranho e incoerente que se pretenda estender aos religiosos os benefícios da previdência social, para se gozarem os quais é necessário desembolsar previamente as vultosas importâncias mensais demonstradas. Um benefício que as instituições jamais solicitaram. É que na verdade nos parece ser mais um benefício para o IAPC e para os cofres públicos, com graves danos para a economia particular das nossas obras. Não desconhecemos e respeitamos sinceramente a retidão de intenções e de propósitos, que certamente moveu os idealizadores do projeto.

Nossa providência, porém, é a Providência Divina, que jamais faltou a nenhum religioso, desde que existem, na história da Igreja de Deus, as Obras e Congregações Religiosas. Esta Providência, que em quase vinte séculos não falhou, não falhará também agora, em meio às dificuldades mais graves que assoberbam as instituições religiosas no Brasil, neste momento difícil de nossa história. Deus providebit.

DEPARTAMENTO JURIDICO CANÔNICO DA C. R. B.

OS RELIGIOSOS E AS DÍVIDAS

Qual é a competência do Superior local, para contrair dívidas, sem licença do Superior Provincial? É do Provincial, sem licença do Superior Geral? Quando é necessária a licença da Santa Sé?

Para melhor compreensão de quanto vai ser dito, convém lembrar que, em matéria de administração, as normas contidas no Código de Direito Canônico são forçosamente genéricas, devendo sempre ser completadas e especificadas pelo Direito próprio de cada família religiosa. O Código repetidamente faz menção deste direito peculiar cuja função é adatar à índole dos institutos religiosos aquelas normas que o direito comum apresenta em forma geral (Cfr. c. 532 § 2, 534, etc.). Em várias circunstâncias, tratando de matéria administrativa, remete para o que determinam as constituições de cada uma das religiões. Em vista disso, fica desde logo esclarecido que :

- 1) a resposta ou solução aqui apresentada deve necessariamente sofrer as devidas adaptações ao direito particular de cada instituto religioso;
- 2) alguns dos quesitos mais particularizados contidos no caso só podem

receber solução cabal e adequada à luz do direito particular.

Por outro lado, como as questões propostas são tôdas de direito administrativo, é útil, antes de solucioná-las especialmente, recordar alguns conceitos básicos. Vejamos antes o que se entende por administração. Os canonistas comumente a definem: aquele conjunto de atos atinentes à conservação, melhoramento e frutificação dos bens. Podem-se sintetizar as várias definições propostas dizendo que é o cuidado ou governo dos bens segundo sua natureza e finalidade (Werniz-Vidal, "Jus canonium", v. 3, n.º 218). Mas, como é sabido, o Código expressamente estabelece distinção entre administração ordinária e administração extraordinária. A reguamentação específica da primeira é deixada ao direito particular, enquanto para a segunda estabelece normas bastante rígidas.

A administração ordinária, tendo por fim e escopo fundamental a conservação, melhoramento e frutificação do patrimônio estável de cada família religiosa, faz parte integrante do mesmo cargo de administrador. O c. 532 § 2 expressamente o declara enquanto diz: "Expensas et actus juridicos ordinariae administrationis valide, praeter Superiores, faciunt intra fines sui muneris, officiales quoque qui in constitutionibus ad hoc designantur". Partindo, portanto, do direito comum, não necessita o administrador eclesiástico, no exercício do seu cargo, salvo restrições impostas pelo direito particular, de licença de ninguém para exercer válida e licitamente os atos próprios da administração ordinária. Até aqui a doutrina é simples e não apresenta a menor dificuldade. Começa a surgir embaraço quando se quer determinar com exatidão os limites entre uma e outra administração. Iríamos muito longe se entrássemos na discussão do critério de discriminação das duas administrações. Este, porém, não é o escopo deste pequeno estudo que visa apenas alguns atos de administração sobre cuja natureza não existem dúvidas. O caso proposto refere-se a dívidas e hipotecas, e estes atos pertencem sem dúvida alguma à administração extraordinária, nos limites que adiante mostraremos.

Dizemos que contrair dívidas constitui ato de administração extraordinária. Mas isto só se verifica quando se trata de dívidas em sentido estrito. Existem duas espécies de dívidas. A primeira é constituída por obrigações de pagar em determinado prazo certa quantia de dinheiro ou de entregar objetos equivalentes, e estas obrigações recaem sobre o patrimônio estável, colocando-o em condição inferior. O distintivo específico da dívida neste sentido é onerar o patrimônio estável. As dívidas neste sentido, são tratadas pelo Código com o mesmo rigor com que são tratadas as alienações (Cfr. cc. 534 e 1533).

A outra espécie de dívidas é constituída pelas obrigações assumidas pelo administrador dentro das possibilidades do orçamento ordinário, sem onus para o patrimônio estável da comunidade. Não se diz, por exemplo, que contraiu dívidas em sentido estrito o administrador que, para gastos e despesas da vida quotidiana e outras exigências da administração ordinária, assume compromissos cujo resgate, baseado na previsão certa das rendas normais, deixa para satisfazer no fim do mês, semestre ou ano.

É claro que o direito particular pode estabelecer restrições também neste campo. Mas, é certo que, por direito comum, tais atos não ultrapassam os limites da administração ordinária. Assim claramente se expressa Creusen, em "Religieux et religieuses", n. 164: "Les dettes et emprunts qu'on peut éteindre

chaque année avec les revenus certains n'exigent pas d'autorisation spéciale. Ce ne sont pas des obligations qui grèvent le budget de la communauté, mais plutôt des dépenses courantes ou extraordinaires".

Feitas estas ligeiras observações passemos ao exame direto do caso proposto.

Qual a competência do Superior local para contrair dívidas sem licença do Superior Provincial?

Se forem dívidas em sentido amplo que, como dissemos acima, não ultrapassam os limites da administração ordinária, não necessitara de nenhuma licença, salvo determinações especiais do direito particular.

É mais provável, porém, que a pergunta se refira a dívidas em sentido estrito. A isto o Código responde com bastante clareza: será necessário pedir consentimento do legítimo Superior, de acordo com as constituições (c. 534 § 1: "... si agatur... de contrahendis debitis et obligationibus... requiritur... licentia, in scriptis data, Superioris ad normam constitutionum cum consensu sui capituli seu consilii per secreta sultragia manifestato..."). Requer-se: 1) licença do Superior; 2) segundo as constituições.

Esta é, em definitivo, a resposta que, tendo por base o direito comum, se pode dar ao quesito proposto.

Mas como o direito comum está supondo um direito particular e este pode ser omissivo, pergunta-se: que norma devera seguir o Superior local se não encontrar nas próprias constituições uma resposta explícita ao caso? Nesta hipótese devera sempre recorrer ao Provincial, exceto se se tratar de quantia de pouca importância (res minimi momenti). O que seja uma quantia de pouca importância talvez seja mais fácil determinar à luz do direito particular que poderá claramente especificar os casos em que não é necessária permissão do provincial. A determinação dessa quantia em base ao direito comum, não é muito fácil. Tentemo-lo seguindo o que os autores escreveram sobre o assunto. Os canonistas se baseiam em uma instrução de 30 de julho de 1909 da Sagrada Congregação dos Religiosos, em que se dizia que os Superiores não podem contrair dívidas ou obrigações em quantia notável sem consentimento do Conselho geral, provincial ou local, conforme o caso. E esclarecia que quantia notável era a que excedia 500 francos ou liras se se tratasse da casa, 1000 francos ou liras se se tratasse da província e 500 francos ou liras para a Cúria Generalícia. Entretanto como a mesma Instrução exigia beneplácito da Santa Sé para qualquer quantia que superasse 10.000 francos ou liras, enquanto que o Código elevou esta quantia para 30.000, por isto, segundo Regatillo, em *Institutiones*, v. 1. n. 684, a quantia de 500 francos ou liras, considerada de pouca importância segundo a instrução, podia na vigência do Código ser elevada a 1.000 francos ou liras. Seria esta a quantia que poderíamos ainda hoje considerar de pouca importância, não fosse o decreto de 23 de julho de 1951 da Sagrada Congregação Consistorial (AAS 43 (1951), 602), no qual se estabelece que "perdurantibus adjunctis praesentibus et ad nutum S. Sedis" a quantia além da qual é necessário o beneplácito da S. Sé volta a ser os 10.000 francos ou liras de 1909. Em vista disto parece que, até nova determinação, devemos considerar quantia de pouca importância, para efeitos do c. 534 e c. 1532, toda quantia que não supere 500 francos ou liras. Ao cessar a vigência do decreto mencionado esta quantia poderá passar a 1.000.

Como saber o valor dessa quantia em nossa moeda? Socorremo-nos da notificação de 12 de outubro da S. Congregação Consistorial que declarou ser o valor dos 10.000 francos ou libras, mencionados no decreto, correspondente a Cr\$ 150.000,00. Neste caso 500 francos seriam Cr\$ 7.500,00. Como porém a cotação do dólar nessa época era de Cr\$ 30,00, enquanto hoje é de Cr\$ 140,00, segue-se que os 500 francos hoje equivalem a cerca de Cr\$ 35.000,00.

Penso que, salvo engano ou determinação em contrário do direito particular, o superior local, para prescindir atualmente da licença do Superior Provincial para qualquer operação prevista pelo c. 534 e c. 1552 poderá contrair dívida até uma quantia que não deverá superar cerca de Cr\$ 35.000,00, ou Cr\$ 70.000,00 caso cesse de vigorar o decreto de 1951.

Qual é competência do Superior Provincial para contrair dívidas sem licença do Superior Geral?

Ficando de pé tudo quanto foi dito acima, parece que a competência do Superior Provincial nesta matéria deve ser calculada no dobro da quantia atribuída ao Superior local. Será, portanto, de Cr\$ 70.000,00 ou 140.000,00 conforme vigência ou cessação do decreto de 1951, a quantia que em matéria de dívidas para ele poderá ser considerada de pouca importância, de modo a prescindir da permissão do Superior Geral.

Quando é necessária a licença da S. Sé?

Até que vigore o decreto de 1951, será necessário beneplácito da S. Sé para qualquer dívida em sentido estrito que ultrapasse 10.000 francos ou libras. Já dissemos que a mesma S. Sé, em 1952, estabeleceu, para vários países, o valor desses 10.000 francos, sendo que para o Brasil equivalem a Cr\$ 150.000,00. Evidentemente esta determinação da S. Sé deixaria de ser razoável se não traduzisse aquilo que a moeda tem de fundamental, isto é, o seu poder aquisitivo. Sendo assim, a ninguém causará estranheza se dissermos que hoje os 10.000 do decreto de 1951 equivalem a cerca de Cr\$ 700.000,00. Realmente, o dólar, que é necessariamente o ponto de referência para a nossa moeda, era cotado em 1952 em Cr\$ 30,00. Atualmente todos sabem que já atingiu a casa dos Cr\$ 140,00. E, como estas variações do valor do dólar representam também, segundo os entendidos, o verdadeiro valor aquisitivo da nossa moeda, devemos pensar que não é infundada a opinião que eleva os Cr\$ 150.000,00 de 1952 para os Cr\$ 700.000,00 de 1958. Em todo caso, para maior garantia e esclarecimento não seria inoportuno que a mesma Conferência dirigisse alguma interrogação à Nunciatura que, como é sabido, goza de especiais privilégios e faculdades nesta matéria, e pode dar algum esclarecimento.

Finalmente tudo que foi dito relativamente às dívidas vale também em relação aos empréstimos, levantamentos de capitais contra hipotecas ou títulos e notas promissórias. Todas estas operações participam da natureza das dívidas e devem ter o mesmo tratamento.

Apenas sobre as hipotecas desejo, lembrar o caso estudado por Goyeneche, em "Quaestiones canonicae de jure religiosorum", v. 1, p. 257, em que mostra ser lícito gravar com hipoteca um imóvel, sem beneplácito apostólico, no ato da compra. Nesta hipótese não se teria verdadeira hipoteca gravando sobre o patrimônio, mas apenas uma aquisição imperfeita de domínio.

P. Asterio Campos S. D. B.

FORMAÇÃO DE CATEQUISTAS NO RIO DE JANEIRO

A Conferência dos Religiosos do Brasil, inicialmente através de seu Departamento de Catecismo, e depois diretamente sob a responsabilidade da Comissão Executiva, vem incentivando, desde a sua fundação, a formação de catequistas, como único meio para chegar à realização prática do ensino religioso nas escolas. Escolhido primeiro o setor do ensino primário.

Naturalmente era preciso começar pelos próprios religiosos e religiosas, para se chegar depois às alunas de nossos educandários. A CRB apresentou o problema em 1956, no segundo Congresso dos Religiosos, em S. Paulo. Era uma insistência sobre um dos temas tratados no primeiro Congresso, no Rio, em 1954. Em 1957, na Assembléia anual das Revdas. Madres Superiores Gerais e Provinciais, o tema voltou a estudo e debate, e se aprovou o concurso nacional entre as Religiosas formadoras de catequistas. Preparação a este concurso, realizaram-se pelas Seções Estaduais vários cursos intensivos. Também no Rio, nas férias de 1958, com uma equipe de ótimos professores. Em outubro, juntamente com o segundo curso das Mestras de noviças, outra semana de formação de catequistas.

A reunião mensal das Religiosas foi, desde o começo do ano, restringida apenas às Superiores e Religiosas catequistas das escolas normais e colégios do Distrito Federal. E o tema foi sempre a formação de catequistas. Um plano de formação foi estudado. Depois outros, que se publicaram na Revista da CRB. Houve correspondência para todas as escolas normais do Brasil, confiadas a Religiosas. E o movimento foi tomando vulto.

O Departamento Arquidiocesano de Ensino Religioso, do Rio de Janeiro, pela ação clarividente de Mons. Álvaro Negromonte, com as bênçãos efusivas do Eminentíssimo Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, apoiou largamente o movimento, que por sua natureza, sendo apostolado externo, é competência exclusiva da Sagrada Hierarquia, e não da Conferência dos Religiosos.

Conclusão: em princípios de novembro estavam 14 colégios de Irmãs com suas alunas preparadas para fazer as provas finais do curso de catequistas, para receber o certificado. Eram eles: Escola Técnica de Comércio e Ginásio N. S. da Piedade, das Missionárias Servas do Espírito Santo; Escola de Comércio N. S. do Carmo, das Irmãs de S. Vicente de Paulo de Gysegen; Colégio Santa Marcelina, das Irmãs Marcolinas; Colégio Santa Dorotéia, das Religiosas de Santa Dorotéia; Colégio Imaculada Conceição, das Filhas da Caridade de S. Vicente de Paulo; Colégio Santa Rosa de Lima, das Irmãs Dominicanas de N. S. do Rosário; Colégio Sacré Coeur de Jesu, das Irmãs do mesmo nome; Colégio N. S. Auxiliadora, das Filhas de Maria Auxiliadora; Colégio Santos Anjos, das Irmãs do mesmo nome; Colégio Sacré Coeur de Marie, das Irmãs do mesmo Nome; Colégio Santo Amaro, das Irmãs Benedictinas; Colégio São Paulo, das Anjélicas de S. Paulo; Colégio da Companhia de Maria, das Irmãs do mesmo Nome; Centro Catequético N. S. Rainha, das Irmãs do Bom Pastor.

Eram ao todo 350 catequistas inscritas para as provas. Dividiram-se em dois grupos: cursos normais, em que os programas desenvolvidos tinham mais de pedagogia e prática do ensino; e os demais cursos: coletivo, clássico ou científico, técnico, ex-alunas, onde não era possível acentuar demasiado a formação pedagógica. De todas as alunas se exigiu um mínimo de estágio, de aulas de ca-

tecismo dadas durante o ano. Houve uma prova escrita de cultura religiosa. E provas práticas, para demonstração da capacidade da futura catequista de transmitir a doutrina às crianças de curso primário.

Algumas das inscritas não vieram depois às provas, por razões diversas. E o Centro Catequético N. S. Rainha, com suas quase 50 catequistas, seguindo um plano especial, continúia seu curso por quase seis meses, devendo terminá-lo em julho próximo, ocasião em que se diplomarão suas alunas. 243 catequistas vieram ao Colégio de Sion, acompanhadas de suas Superiores e Mestras, na manhã do dia 30 de Novembro. O Eminentíssimo Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara rezou a missa de ação de graças, distribuindo a Sagrada Comunhão a um belo grupo de catequistas diplomadas. Após o café, sessão solene, no salão de atos. O orfeão das meninas da Pequena Cruzada, regido por uma Religiosa das Filhas do Amor Divino, abriu com o Hino Pontifício; ao longo da sessão, interrompeu duas vezes a sequência dos atos oficiais, para alegrar a todos com música folclórica, com o pedido das crianças ao papai-noel para encher os sapatinhos de presentes, mediante a promessa de estudar muito, e terminou encerrado a sessão com o Hino Nacional. As pequenas cantoras arrancaram vivos e demorados aplausos.

Falou inicialmente o Revmo. Pe. Irineu Leopoldino de Sousa, em nome do Presidente da Conferência dos Religiosos do Brasil, em viagem na Europa. S. Revma. apresentou ao Eminentíssimo Cardeal, da parte das Religiosas do Rio de Janeiro, o belo fruto dos trabalhos de um ano de formação de catequistas em sua Arquidiocese, colaboração da CRB, sob a orientação e as ordens do Departamento Arquidiocesano de Ensino Religioso. Lembrava que o que se fazia naquela manhã era apenas a alvorada, o início de um grande movimento, visando realizar o programa das Superiores, até transformar cada ex-aluna dos religiosos em uma catequista bem formada. Escolas normais, colégios, escolas de serviço social, de enfermagem, faculdades de filosofia: tôdas trabalhando, para dar à Igreja as professoras de religião de que ela tem necessidade urgente em todo o Brasil.

A oradora da turma, Srtá. Marilda Ferreira Menezes, do Colégio Santa Dorotéia, foi vivamente aplaudida. Seu discurso é publicado na integra nesta crônica. O Revmo. Mons. Negromonte, em sua breve conferência, lembrou que 24 anos antes, um congresso católico, no Rio de Janeiro, propunha transformar as ex-alunas dos colégios católicos em catequistas. E ôle via com prazer a realidade presente. Parafraseando o evangelho do primeiro domingo de advento: quanto estas coisas comecarem a acontecer, levantai vossas cabeças, porque a salvação está próxima, alegrava-se S. Revma. com êste movimento que comecava a anarecer, porque, suposta a sua continuação e persistência, a salvação estava próxima, pois o de que precisamos no Brasil é de ensino religioso.

Por último falou Sua Eminência Reverendíssima o Sr. Cardeal Dom Jaime. Lembrou que naquela mesma sala no início de seu govêrno na Arquidiocese do Rio, em 1943, falando a um grupo de Ação Católica que encerrava um congresso, dissera que a Ação Católica já teria cumprido sua missão se resolvesse o problema do ensino religioso na Arquidiocese. Passou a falar sobre a reunião do Episcopado Latino Americano, havida recentemente em Roma, por meio de seus elementos representativos, no CELAM, reunião que teve como

centro o ensino religioso na América Latina, nosso problema número um. Mostrou a relação que há entre o ensino religioso e o aumento das vocações sacerdotais e religiosas. Nem sempre, aumentando-se o número de sacerdotes, se aumenta o ensino religioso; mas sempre que se aumenta o ensino do catecismo, automaticamente aumentam as vocações sacerdotais e religiosas. Sua Eminência, expressando a profunda alegria que lhe ia na alma, pela felicidade de dar o certificado de catequistas a tantas professoras formadas pelas suas caríssimas Religiosas, agradecia a colaboração perseverante de tôdas, e terminou falando da preocupação central do Episcopado Brasileiro em 1959, que será o Ano Catequético, marcado com a realização de um belo congresso catequético e com uma formação sistemática de catequistas. Suas palavras foram vivamente aplaudidas. E o Hino Nacional encerrou a bela sessão de formatura, que deixou em todos os presentes sua recordação. Que as bênçãos do Divino Mestre e da Virgem Santíssima, Sede da Sabedoria, façam vingar este movimento, difundindo-o por tôdas as Seções Estaduais da Conferência dos Religiosos, tornando estas formaturas comuns, nas grandes cidades, sob a presidência do Pastor Diocesano, uma bela realização de todo fim de ano, coroando os esforços das dedicadas religiosas encarregadas da catequese em suas casas. Quod faxit Deus.

Discurso da Oradora da Turma — Catequistas de 1958.

Srta. Marilda Ferreira Meneses, do Colégio Santa Dorotéia.

É solene, é jubilosa, é consoladora a hora que vivemos: realização de um vivo anseio de apostolado, do desejo profundo de irradiar Cristo nas almas puras das crianças!

Hora solene porque vai investir tantas jovens de uma missão divina, Aqui está, honrando-nos com sua presença, o nosso Pastor, Sua Eminência D. D. Jaime Câmara, para dizer-nos num gesto de paternal benevolência: "Ide e Ensinai".

Hora jubilosa porque exultantes de contentamento receberemos o mandato, e, intrépidas, partiremos em busca das almas pequeninas.

Hora consoladora porque ante a penúria de almas-luz que irradiem Deus e sua Lei, é doce vê-las surgir de nossos colégios religiosos, obedientes à voz que as congregou, cheias de entusiasmo e de empenho, para colaborar com os Parócos ou lecionarem em suas escolas.

Modesto, em aparência, porém muito valioso e oportuno, foi o programa de trabalho do Departamento de Catecismo da Conferência dos Religiosos do Brasil no corrente ano: a formação de catequistas nas turmas concluintes dos cursos normal e coletivo, e nos cursos de formação de catequistas paroquiais, promovidos pelos Colégios Religiosos do Distrito Federal. Programa este que realizou com a benévola autorização do Departamento Arquidiocesano de Ensino Religioso.

Nesta manhã jubilosa faz a sua primeira colheita, farta e promissora: 243 catequistas aptas a mourejar na vinha do Senhor, numa missão tão grande quanto humilde, tão consoladora quanto dificultosa.

Falar, neste momento, em nome de tôdas as diplomandas, é tarefa difícil. Cada uma vive uma emoção... Vários são os caminhos! Há porém, um senti-

mento que nós une, que nos identifica. É uma alegria que nos invade a alma: somos Catequistas! Somos declaradas oficialmente mensageiras de Deus.

Esta é a imensa responsabilidade que pesa sobre nós, prezadas colegas! Corresponder à grandeza do título com uma visão clara da obra, uma vontade decidida de contribuir para a formação cristã da infância brasileira, eis o que de nós se exige! Recebemos a Verdade e devemos transmiti-la; amamos a Cristo e devemos irradiá-lo. É a vivência desta missão que dará aos nossos dias um significado transcendente, um sentido divino! Lembremo-nos sempre disto!

Muitas de nós seremos dentro em pouco, por vocação e por título adquirido, MESTRAS! Ser-nos-ão confiadas crianças cujo destino sobrenatural deve sobrepujar os interesses terrenos. A professora católica não pode eximir-se da formação cristã de seus alunos; junto às lições de tôdas as disciplinas convém que surja dela, atraente, perfeita, a lição de Catecismo. PROFESSORAS-CATEQUISTAS queiramos ser!

Não nos adianta um título a mais, esquecido entre papéis arquivados. Fazamos, pelo contrário, de nosso certificado de catequista, um passaporte para o Céu, tendo como parte integrante de nosso horário o tempo da Catequese, da aula semanal de Catecismo.

Recebemos, hoje, uma honra, mas também um grave encargo. À nossa frente, no Catecismo Paroquial ou na escola, serão colocadas crianças diversas, e, em cada uma delas, é mister esculpir a fisionomia de Cristo. Permiti-me que vos rebita uma eloquente palavra saída da pena erudita do Pe. Raul Plus: "Vós confiáveis uma missão terrível e divina, Senhor Jesus, a todo homem encarregado de uma alma de criança: pelo exemplo e pela palavra, com discrição, com respeito profundo devido a uma inteligência e a uma vontade livres, ele deve trabalhar pelo vosso nascimento nesta alma. Todo educador é um profeta que anuncia o Natal numa alma de criança".

A religião é antes de tudo VIDA e é esta VIDA que nós temos de irradiar. Fazer de cada aluno um cristão autêntico, deve ser o nosso objetivo. Pensemos bem no que diz Courtois: "Uma criança é um santo em flor". Desabrochar esta flor, eis nossa tarefa! E isto, caras colegas, só alcançaremos com uma vida cristã profunda e real, alimentada na participação frequente dos sacramentos e na oração. Se não falarmos com amor, não despertaremos amor. Se não ensinarmos com fé, não transmitiremos fé.

Meditemos nisto e assumamos diante de Deus, diante dos seus representantes na terra, diante das nossas Mestras, diante de nós mesmas, o compromisso de jamais nos recar por ausência. Saibamos arranjá-lo dentro da agitação do mundo em que vivemos, o tempo necessário para o preparo consciencioso de nossas aulas de catecismos, e, semanalmente, com escrupulosa fidelidade, demos a Deus esta hora: hora de bênção, de fecundidade para as almas, hora risonda de nosso anstolado, hora de nossa aula de Catecismo! Quebrando a comodismo e a frieza, entrecueino-nos à luta!

Prezadas Mestras, isto será a maior prova de nosso agradecimento! A vós, à vossa dedicação e orientação devemos a formação e o júbilo de hoje. Continuar o vosso ideal de catequistas, eis o nosso futuro. Pedi a Deus, Madres queridas, que sejam as dianas deste momento que agora vivemos! Segui, com o pensamento e a prece ardente, as Catequistas que formastes.

Partiremos para realizar um belo sonho:

Ser Catequista - - nobre missão!

Ser Catequista perfeita, sublime ideal!

Eminência Reverendíssima. Aqui estamos ao dispor de seus Párocos, mandai-nos ao campo, anseamos por preparar a terra e semeá-la para o Senhor da messe!

Obrigada, Eminência, pela bondade com que aquiesceu ao convite para paranimfar esta primeira turma de catequistas dos Colégios religiosos da Arquidiocese. À Vossa Eminência, ao Departamento Arquidiocesano de Ensino Religioso e à Conferência dos Religiosos do Brasil, que nos proporcionaram a felicidade que ora vivemos, o nosso mais vivo e sincero agradecimento.

Abençõe nos, Pastor amado, e partiremos para levar Deus às almas pequeninas.

CRÔNICA

A Conferência do Episcopado da América Latina

A Conferência do Episcopado da América Latina (CELAM) esteve reunida em Roma de 9 a 16 de novembro de 1958, como já comunicamos em número anterior desta Revista.

Sua Excia. Mons. Antônio Samoré, Secretário da Sagr. Congregação dos Negócios Eclesiásticos Extraordinários, que dirigiu os trabalhos, deu uma entrevista à imprensa, no decorrer da qual acentuou que os Secretários da maior parte das Congregações Romanas que, por decisão de Pio XII, constituem uma Comissão Pontifical para a América Latina, participaram dos trabalhos do CELAM.

Comentando o desenrolar da Conferência, Mons. Samoré declarou notadamente: "Nosso trabalho foi muito proveitoso. Podemos dizê-lo com satisfação. Vinios os Senhores Bispos trabalhar com ardor. Cada um deles participou das discussões com o mais vivo interêsse pelos assuntos tratados. Aliás, as conclusões aprovadas foram redigidas tendo em conta suas sugestões. Nada fora preparado de antemão. Estas conclusões são o resultado de um trabalho de equipe durante o curso dessa semana árdua, mas cheia de esperança para o futuro".

Mons. Samoré comunicou as conclusões, que foram lidas no decorrer da sessão de encerramento e que tratam dos seguintes assuntos:

1) *A Fé.* Os Senhores Bispos estiveram preocupados em desenvolver as iniciativas visando a consolidação da fé e o crescimento de sua propagação. Decidiram apoiar as "equipes missionárias", que agrupam de 200 a 300 missionários e se deslocam de país em país, assim como as conferências de Ordens e de Congregações Religiosas.

2) *A Catequese.* Os Senhores Bispos decidiram estender a tôdas as paróquias as conferências sobre a doutrina cristã, e atualizar os textos dos catecismos para adultos e para crianças.

3) *Organizações caritativas.* A Conferência tratou da assistência caritativa e, quanto a êste assunto, previu, para cada país, organismos que poderiam

chamar-se "Caritas" e que serão encarregados de organizar e coordenar a atividade de diversas iniciativas caritativas e assistenciais. Essas várias "Caritas" nacionais deveriam, mais tarde, agrupar-se numa organização regional chamada "Caritas Inter-Americana". Trata-se de uma coordenação que deveria reforçar as possibilidades existentes se, portanto, absorver e unificar os diversos organismos.

4) *Ritual bilingue*. Os Senhores Bispos tomaram em consideração um projeto que será submetido à Sagrada Congregação dos Ritos e que prevê a introdução, nas orações dos sacramentos do batismo, do matrimônio, de extrema unção, assim como nas diversas bênçãos da língua vulgar (espanhol, português e francês) em vez do latim. Este projeto foi aprovado em princípio, mas os Senhores Bispos serão consultados a seu respeito, num prazo de quatro meses, antes de remetê-lo à Sagrada Congregação dos Ritos. Além disto, os Senhores Bispos acentuaram a utilidade de aproveitar a liturgia como meio de apostolado.

Sua Excia. Mons. Samoré comunicou no decorrer da sessão de encerramento que Mons. Julian Mendoza, Secretário do Conselho Episcopal latino Americano, apresentou um trabalho, que acaba de publicar, sobre as responsabilidades e a posição da Igreja em presença da evolução real e jurídica da idéia pan-americana. O Prelado defendeu a tese segundo a qual a Igreja deve considerar esta idéia, não como um inimigo mas como um aliado, e deve tomar em conta sua ação.

BIBLIOGRAFIA

PAB E BEM -- Revista Franciscana, Ano 1, n.º 1, Rio de Janeiro, 1958, 48 pags., fl.

Com interêsse e satisfação particular acompanhamos o movimento de unificação da imprensa dos Religiosos, cujo princípio acaba de ser feito com a edição desta nova revista franciscana ilustrada, que deve figurar como órgão oficial das fraternidades terciárias sob a jurisdição dos Franciscanos, Capuchinhos, Conventuais e Terceiros Regulares. O 1.º número, dedicado exclusivamente ao Natal e bem aceito pelo público, teve seu lançamento solene a 15 de dezembro p.p., tendo usado da palavra o seu diretor, Frei Mateus Hoepers O.F.M. e o Dr. Eurípedes Cardoso de Menezes, o qual destacou o grandioso apostolado franciscano em terras de Santa Cruz e fez ver a pro-

mente necessidade que o Brasil sentia de obter uma revista católica bem apresentada às revistas leigas de todos os matizes.

Vencidas as primeiras dificuldades da publicação de "Faz e Bem", é de esperar-se que os vários ramos da Ordem Franciscana e suas respectivas fraternidades terciárias dêem o exemplo da união que faz a força, para em breve outros seguirem o mesmo caminho de unificação da imprensa religiosa. Os franciscanos foram os primeiros a cancelarem a publicação de seu órgão "Eco Seráfico" a bem da nova revista ilustrada, "Vivant sequentes".

Frei Venâncio Willeke OFM

Jean Daniélou. O MISTÉRIO DO ADVENTO. Tradução de M. de Lourdes Noronha. 226 pags.

J. M. Perrin O. P. A HORA DOS LEIGOS. Tradução de Regina Maria Nara, 320 pags. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editôra, 1958.

Duas obras da moderna literatura católica francesa que a Editora Agir apresenta numa ótima edição portuguesa, quase que um verdadeiro presente para os amantes da boa leitura, que nos dois volumes encontrarão tudo o que é necessário para que o Bem seja compreendido e finalmente espalhado, difundido numa ação intensa de apostolado.

Em "O Mistério do Advento" o autor põe o problema de relação entre o cristianismo e as religiões não cristãs: "de oposição total como a que existe entre o erro e a verdade" ou "consideramos que o cristianismo completo, aperfeiçoado, o que se encontra em estado rudimental nas outras religiões". Neste sentido coloca o problema numa ação progressiva de Deus que prepara o homem para suportar a revelação divina que se completa com a vinda do Cristo. Assim o Advento se refere a esse período de espera dos primeiros patriarcas e profetas, dos últimos precursores de Cristo e da vinda do Cristo nas almas, estudando por fim a atual obra missionária da Igreja que prepara o último advento do Cristo "na plenitude dos tempos."

Em "A hora dos Leigos" Perrin, baseando-se nos ensinamentos dos dois últimos Pontífices, estuda a necessidade e as possibilidades do apostolado dos leigos, nesta época em que um mundo novo está sendo construído, e essa construção, pela deficiência de clero, está entregue à ação dos leigos, que portanto, devem estar conscientes de sua missão salvadora. Divide-se a obra em três partes: Deus manifesta-se aos homens através da obra dos homens, numa cooperação ou apostolado individual ou social; imensa a ação apostólica que abrange todos os rumos e todos os meios, mas vivificada por uma espiritualidade sólida, autêntica, que deve constituir a alma de todo apostolado; quais as atividades apostólicas para que se consiga realmente o bem, num trabalho organizado de equipe, nessa verdadeira vocação ao apostolado dos leigos, constituído principalmente pelos Institutos Seculares.

Livros que fazem bem a todos e para todos podem ser fontes de energia e de espírito apostólico nesta hora em que todos, sacerdotes, religiosos e leigos, estamos empenhados na construção do reino do Cristo na meio em que vivemos. — **Frel Jamariz.**

Coleção "Documentos Pontifícios"

Pio XII. SÓBRE A VIUEZ CRISTÃ E SÓBRE AS FAMÍLIAS NUMEROSAS (Alocações). N.º 124. 24 pgs.

Pio XII. SÓBRE O APOSTOLADO DA MULHER CATÓLICA (Alocação). N.º 125. 24 pgs.

Pio XII. SÓBRE A MODA (Alocação). N.º 126. 20 pgs.

Pio XII. SÓBRE O APOSTOLADO DOS LEIGOS (Alocação). N.º 127. 36 pgs.

Petrópolis. Edit. Vozes Ltda., 1958.

A Edit. Vozes continúa com a publicação desta coleção dos Documentos Pontifícios, coleção que não pode faltar na biblioteca de nossas casas religiosas e sobretudo de nossos colégios, para que as palavras inspiradas que nos vêm de Roma estejam ao alcance de nossa juventude para fácil consulta. Apresentados em pequenos fascículos, podem ser facilmente distribuídos no meio daqueles a quem a palavra do Papa se dirige.

Coleção "Nossos Clássicos"

GRAÇA ARANHA. — Trechos escolhidos por Renato Almeida. 108 pgs.

JOAQUIM NABUCO — Trechos escolhidos por Carolina Nabuco. 76 pgs.

MÁRIO PEDERNEIRAS — POESIA, por Rodrigo Octávio Filho. 104 pgs.

JOSE. ALBANO — POESIA, por Braga Montenegro. 96 pgs.

Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1958.

Constituem estes quatro volumes os n.ºs 27, 28, 29, 30 da Coleção "Nossos Clássicos" que a Editora Agir, no intuito de colocar nossa literatura ao alcance de todos, lançou há dois anos e que tanto êxito está conseguindo.